



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DO SUDESTE E SUL - CEPsul**

**PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO
DOS SISTEMAS LACUSTRES E LAGUNARES DO SUL DO BRASIL**

Boletins Lagoando

2018 - 2020

OBJETIVO ESPECÍFICO: 2

AÇÃO: 2.13 - Elaborar campanha e material de divulgação do PAN Lagoas do Sul.

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Maya Ribeiro Baggio, Rodrigo Rodrigues de Freitas (UNISUL), Cindy Tavares Barreto (FURG), Dilton de Castro (Comitê da Bacia do Rio Tramandaí), Walter Steenbock (CEPSUL/ICMBio), Cleber Palma Silva (FURG e APA Lagoa Verde) e Cristian Dietrich (APABF/ICMBio).

COMENTÁRIOS: Oito Boletins Lagoando

VERSÕES E DATAS: Boletim 1, setembro/2018; Boletim 2, novembro/2018; Boletim 3, maio/2019; Boletim 4, setembro/2019; Boletim 5, dezembro/2019; Boletim 6, abril/2020; Boletim 7, agosto/2020; Boletim Especial (8), setembro/2020

A divulgação do produto do PAN foi autorizada pelos autores



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

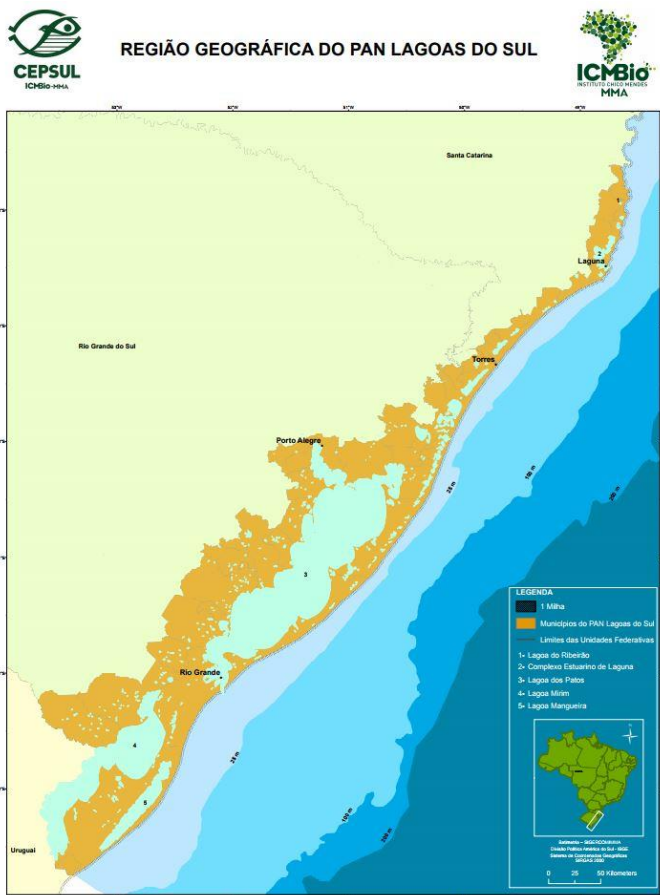
Lagoando

Boletim PAN Lagoas do Sul - Edição Especial de Lançamento – Setembro de 2018

Nasce o PAN Lagoas do Sul

O Plano de Ação Nacional para a Conservação de Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul) foi criado a partir de iniciativas e ações existentes em diferentes espaços de governança e que vêm contribuindo direta ou indiretamente para a conservação das lagoas e espécies associadas. Dentre as temáticas do PAN tem-se as práticas e experiências da pesca artesanal, de agroecologia, de gestão de Unidades de Conservação, de pecuária verde, de educação, de pesquisa, de valorização de modos de vida tradicionais, entre outras, deliberadas e geridas em diferentes fóruns (espaços de gestão territorial coletiva e multi-institucional). Desta forma, busca articular ações de conservação de espécies e de ecossistemas a partir de uma abordagem territorial.

A região de abrangência do PAN Lagoas do Sul compreende o complexo estuarino-lagunar litorâneo formado desde o Rio Maciambú/SC, incluindo as lagoas costeiras, até a fronteira do Brasil com o Uruguai, agregando as áreas terrestres contíguas, incluindo 29 espécies-foco da fauna, além de 133 da flora, ameaçadas de extinção. Este sistema de lagunas e lagoas costeiras ocorre em área geográfica bem definida e relativamente pequena, considerando as dimensões geográficas nacionais. Porém, possui alta capacidade de resiliência e fornece uma diversidade de serviços ambientais fundamentais em escalas muito maiores.

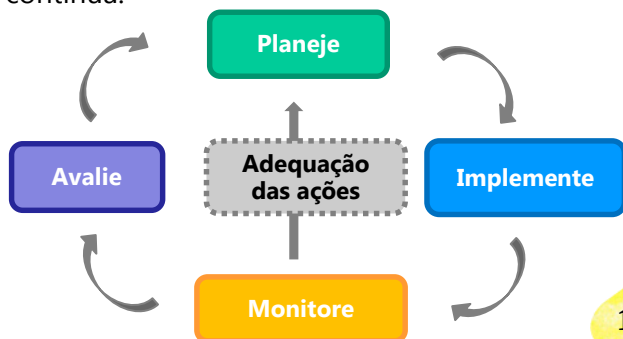


Pacto Socioambiental

Os Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN) são um dos instrumentos de implementação da Política Nacional da Biodiversidade (Lei nº 4.339/2002) e do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas – PRÓ-Espécies (Portaria MMA nº 43/2014). De acordo com a IN nº 25/2012 do ICMBio que normatiza o processo de elaboração dos PANs por ele coordenados, os planos são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, a serem utilizados para o ordenamento de ações para a conservação de seres vivos e ambientes naturais, com um objetivo definido em escala temporal.

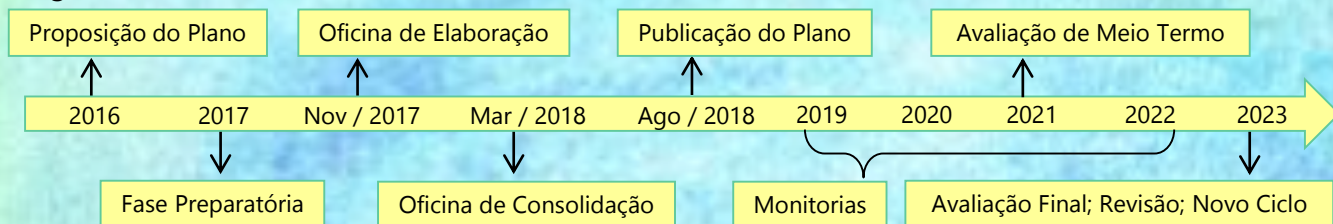
Ciclo do PAN

O Ciclo de Gestão dos PANs possui duração de 5 anos, podendo ser renovado, composto por diferentes etapas, definidas a partir da lógica do Ciclo de planejamento estratégico PDCA (*Plan, Do, Check e Act*). A metodologia de execução permite uma gestão adaptativa, através da possibilidade de intervenção durante o processo e do replanejamento, visando a melhoria contínua.



Linha do Tempo

O PAN Lagoas do Sul vem sendo construído desde 2016, a partir da coordenação do CEPESUL (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul, vinculado ao ICMBio) e fundamentado no planejamento territorial para a conservação dos sistemas lacustres e lagunares do sul do Brasil.



Fase Preparatória

Diversidade de atores, autonomia e conservação: a busca por fóruns com governança própria e ações locais em andamento

Realizada ao longo do ano de 2017, nesta Fase buscou-se identificar espaços de gestão territorial coletiva e multi-institucional, com governança contínua ao longo do tempo, nos quais iniciativas conservacionistas vêm sendo implementadas. Tratam-se de práticas e experiências da pesca artesanal, de agroecologia, de gestão de Unidades de Conservação, de pecuária verde, de educação, de pesquisa e de valorização de modos de vida tradicionais, entre outros temas.

Assim, mais do que propor ações para a conservação das espécies e dos ambientes dessa região, **a proposta do PAN Lagoas do Sul foi identificar e fortalecer as ações já desenvolvidas por estes fóruns e buscar a ampliação e sinergia entre estas ações, ratificando-as como diretrizes para a conservação em uma política pública em nível federal.**

A partir desta identificação elaborou-se a “Matriz de diagnóstico de ações e fóruns relacionados à conservação das espécies e ambientes lacustres e lagunares do sul do Brasil”, contando com 73 ações em andamento, as quais vêm sendo desenvolvidas de forma articulada a diferentes fóruns.

Nesta Fase, foram também realizadas oficinas junto a pesquisadores da região de Laguna (SC), Porto Alegre (RS) e Rio Grande (RS), para a identificação de ameaças e das espécies ameaçadas na região de abrangência do PAN, bem como das lacunas de conhecimento e de ações estratégicas de pesquisa em relação à conservação de espécies e ambientes associados. A lista de espécies ameaçadas, alvo do PAN Lagoas do Sul, foi ratificada posteriormente contando com o apoio de Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio.



Oficina de Elaboração

A Oficina de Elaboração do PAN Lagoas do Sul foi realizada no município de Tapes/RS, em novembro de 2017, sendo convidados atores-chave identificados na Fase Preparatória. O grupo formado por 37 pessoas representou diferentes órgãos governamentais das esferas municipal, estadual e federal, a sociedade civil, organizações não governamentais e pesquisadores, envolvidos em mais de 50 fóruns/espços coletivos de gestão.

Na Oficina de Elaboração, os atores regionais do território do PAN Lagoas do Sul discutiram as ameaças à conservação das lagoas costeiras do sul do Brasil e das espécies associadas; foram propostos o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos do PAN; foram analisadas coletivamente as ações em andamento e, com base na capacidade de governança instalada e na possibilidade de ampliação e sinergia de atividades, foram propostas novas ações, resultando posteriormente na Matriz de Planejamento. Foi também proposta e deliberada, coletivamente, a composição do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT).



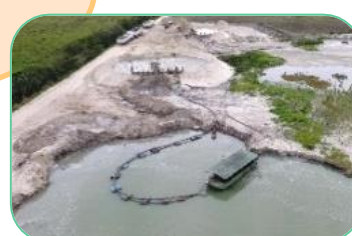
Político-institucionais e de gestão

Urbanização e atividades econômicas

Grupos de Ameaças

Legislação, regulamentação e licenciamento ambiental

Socioculturais



Oficina de Consolidação

A Oficina de Consolidação do PAN Lagoas do Sul foi realizada em Itajaí/SC, na sede do CEP SUL, em março de 2018, com a participação integral dos membros do GAT e de equipe da COPAN e do CEP SUL. Na Oficina, a Matriz de Planejamento do PAN Lagoas do Sul foi consolidada, com o cuidado em manter a legitimidade e a forma de governança das ações em andamento, bem como os arranjos institucionais e a capacidade de atuação em nível local e regional dos articuladores. Neste processo, foi realizado também o agrupamento e/ou exclusão de 18 ações e a relocação de ações em objetivos específicos. Na Oficina, foi também proposta a Matriz de Metas e Indicadores e definidos encaminhamentos em relação ao trabalho do GAT, entre os quais a elaboração do Sumário Executivo do PAN e as estratégias de comunicação do Grupo e com os articuladores.



Do Plano às Ações: Articular para Prosperar

O PAN Lagoas do Sul tem como objetivo melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território!

O PAN Lagoas do Sul é formado por quatro objetivos específicos nos quais distribuem-se 157 ações para a conservação de ecossistemas e de espécies ameaçadas de extinção, sendo 29 espécies de animais (de acordo com as Portarias MMA nº 444 e 445, de 2014) e 133 espécies de plantas (de acordo com a Portaria MMA nº 443, de 2014).



Oficina de Elaboração, Tapes/RS

As ações também beneficiam outras espécies da fauna, não classificadas como ameaçadas de extinção, mas de grande interesse social e econômico para pescadores artesanais. As ações do PAN estão sob a responsabilidade de 64 articuladores, dos quais também fazem parte os 15 membros do GAT, além de contar com inúmeros colaboradores.

Mande Notícias!



Este Boletim surge como uma das estratégias de comunicação estabelecidas pelo GAT na Oficina de Consolidação. Seu objetivo é divulgar as ações do PAN Lagoas do Sul, a partir de matérias escritas pelos próprios articuladores e colaboradores do PAN, bem como promover a articulação dos diversos atores e das ações com outras pessoas, instituições e projetos com interesses afins. O Boletim é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Sua periodicidade dependerá do número de notícias encaminhadas pelos atores envolvidos nas ações, será publicação continuada! Além disto, a ideia é lançar uma nova Edição Especial a cada Monitoria Anual do PAN, relatando o andamento de todas as ações do PAN naquele ano.

Os arquivos com as notícias (notas de até quatro parágrafos, escritos de forma clara e objetiva, acompanhadas de foto e da autoria do texto) deverão ser enviados prontos para a publicação, pois não será realizada revisão, diagramação ou editoração das notas e fotos por parte da equipe de coordenação do PAN. Para encaminhar sua notícia para a divulgação nas próximas edições, envie o e-mail para: panlagoas@gmail.com. Teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Para obter informações completas sobre o PAN Lagoas do Sul, você poderá pesquisar as Portarias de Publicação e a Matriz de Planejamento no site do PAN ICMBio: [PAN Lagoas do Sul](http://www.panlagoasdosul.org.br). Entre em contato com os articuladores ou com a coordenação do PAN e venha contribuir na execução das ações de sua região!

Boletim Lagoando

Edição Especial de Lançamento
Setembro / 2018

Edição:

Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição:

Cindy Tavares Barreto
Membros do GAT do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul

Endereço:

Av. Carlos Ely Castro, 195
Fundos do CENTREVENTOS
Cep 88301-445 – Itajaí – SC
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

Contatos:

Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br
Site: [PAN Lagoas do Sul](http://www.panlagoasdosul.org.br)
YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](https://www.youtube.com/c/PANLagoasdoSul)





Lagoando

Pan Lagoas do Sul se apresenta no III Fórum de Gestão dos Recursos Hídricos

O PAN Lagoas do Sul esteve presente no III Fórum de Gestão dos Recursos Hídricos, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Médio do Rio Grande do Sul

O evento, que ocorreu na cidade de Mostardas (RS) no dia 31/10/2018, contou com a participação de moradores, escolas locais e instituições, e teve como objetivo oportunizar a troca de experiências e resultados sobre a gestão da água na área de abrangência da Bacia.



A apresentação sobre o PAN Lagoas do Sul teve como foco a construção do Plano, seus objetivos, atores, e principalmente a exposição das ações do Plano voltadas a gestão de Bacias Hidrográficas e como os participantes do Fórum podem participar do desenvolvimento destas ações. O Comitê do Litoral Médio e os participantes do Fórum se mostraram bastante entusiasmados e dispostos a buscar parcerias com os já existentes articuladores e colaboradores do PAN.

Texto: Paula Salge
Foto: Comitê GBH Litoral Médio

Encantos das águas IV

No dia 03 de novembro de 2018, ocorreu no Parque Urbano do Bolaxa o evento cultural intitulado “Encanto das Águas IV”.

O evento foi promovido pelo Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA em parceria com a Secretária de Município de Meio Ambiente - SMMA e com o Ponto de Cultura ArtEstação. Foram promovidas atividades culturais, de educação e de lazer, valorizando os artistas locais e ressaltando a importância da APA da Lagoa Verde na qualidade de vida do cidadão Rio Grandino, assim como trazendo à tona a questão da implementação da unidade de conservação, promovendo a integração da comunidade com a área e potencializando seu uso como espaço contemplativo e de lazer.



Texto: Kamila Debian
Fotos: NEMA

Aprendendo mais sobre modos de vida....

Texto e fotos: Joseane dos Santos

No dia 18 de outubro de 2018, a turma de estudantes do curso de Gestão Ambiental da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), no Município de Tapes/RS, realizou uma visita no Quilombo Chácara da Cruz, localizado no mesmo município. A visita fez parte de uma atividade da disciplina de "Desenvolvimento Regional Sustentável", sob a responsabilidade da professora Rafaela Printes (UERGS), que também é articuladora de ações do PAN Lagoas do Sul.



O objetivo dessa visita ao quilombo, foi de inserir na comunidade escolar e na mídia do município e região, a cultura dos afrodescendentes do quilombo desse município. Segundo a Prof^a Rafaela, foi feito um importante trabalho de levantamento sobre a história local, contribuindo para análises, estudos, pesquisas e reflexões, sobre relações culturais e étnico-racial e cultura afro-brasileira. Os alunos coletaram informações orais sobre a história dos antepassados da família do quilombo Chácara da Cruz.

Esta atividade relaciona-se com duas ações do PAN Lagoas do Sul:

2.20 - Integrar iniciativas de etnomapeamento, cartografia social e estudos que contemplem a diversidade cultural.

2.22 - Promover a visibilidade das comunidades e dos modos de vida quilombola na região do PAN Lagoas do Sul.

Monitorando as lagoas do litoral gaúcho

Texto e fotos: Dilton de Castro

O monitoramento de lagoas costeiras do litoral norte gaúcho tem sido realizado pelo projeto Taramandahy há 8 anos. A organização não governamental Ação Nascente Maquiné é a responsável e conta com a parceria do Centro de Estufos Costeiros, limnológicos e Marinho da Universidade Federal do RS. Através de saídas embarcadas são coletadas e registrados cerca de 30 parâmetros físicos, químicos e biológicos, subsidiando o Comitê da Bacia do Rio Tramandaí com informações sobre a qualidade da água.

Além disso, são realizadas campanhas aéreas que permitem registrar as alterações no uso da terra e na paisagem. O projeto é patrocinado pela Petrobras, através do Prograna Petrobras Socioambiental e seus resultados possibilitam visualizar a tendência de degradação ambiental e os fatores que contribuem para essa perda, influenciando com informações técnicas as tomadas de decisões na gestão dos recursos hídricos.



Oficina Regional de Integração entre Pescadores e Unidades de Conservação discute Lagoas Costeiras

Durante os dias 08 a 10 de novembro de 2018 foi realizada a I Oficina Regional de Integração entre Pescadores, Pescadoras e Unidades de Conservação na sede do Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (CETUBA-EPAGRI), em Tubarão-SC. O objetivo geral do evento foi promover a integração entre pescadores e pescadoras artesanais norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e litoral centro do Paraná, fortalecendo iniciativas cooperativas entre os pescadores/as e as Unidades de Conservação.

O evento foi organizado pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM) e pelo ICMBio, por meio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/Base Avançada de Florianópolis), Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Ilha dos Lobos, com recursos do Projeto GEF-Mar. A oficina contou com cerca de 70 participantes, incluindo pescadores e pescadoras da região sul do Brasil, servidores do ICMBio, consultores e bolsistas do Projeto GEF Mar, representantes da CONFREM Nacional e Local, convidados e representantes das comunidades da APA da Baleia Franca e REVIS Ilha dos Lobos.

O evento teve como resultado a troca de experiências e fortalecimento da identidade entre pescadores e pescadoras artesanais de diferentes territórios e entre pescadores e outros atores sociais com destaque para as equipes das Unidades de Conservação.

Quer saber mais a respeito deste projeto?
Entre em contato com Rodrigo de Freitas
(rodrigo.freitas3@unisul.br ou 48 3621-3091)
que é membro do Grupo de Assessoramento
Técnico (GAT) do PAN Lagoas do Sul.

Uma série de debates realizados durante o evento estão relacionados com as ações do PAN Lagoas do Sul. Foi discutida a criação de um grupo de apoio ao automonitoramento da pesca, onde participarão, além dos pescadores, pesquisadores de universidades, entre as quais a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que estavam presentes no evento. Um Grupo de Trabalho (GT) se dedicou a elaborar estratégias de combate à poluição e a exclusão dos pescadores das áreas tradicionalmente utilizadas para acessar as lagoas. Outro GT foi abordado o beneficiamento do pescado e estratégias de agregação de valor na cadeia produtiva e, por fim, foi também criado um GT focado na temática do turismo de base comunitária.

Desde agosto de 2018, analistas ambientais do ICMBio, consultores e bolsistas do GEF Mar da APA da Baleia Franca, do REVIS Ilha dos Lobos e CNPT vem percorrendo as comunidades de pescadores com o objetivo de discutir uma série de eventos voltados para o fortalecimento da organização dos pescadores artesanais. Para 2019 estão previstos cursos de formação de lideranças, elaboração e gestão de projetos e a realização da II Oficina Regional de Integração entre Pescadores, Pescadoras e Unidades de Conservação.



Texto: Rodrigo Freitas
Foto: Savio da Luz de Paula

Sobreposição entre territorialidade indígena e Parque Estadual de Itapuã

Texto: Joana Bassi e Márcia Londero
Imagem: SEMA - RS

A iniciativa “Parque Estadual de Itapuã (PEI) e tekoá Pindó Mirim: fortalecendo diálogos e saberes interculturais” integra uma das ações em execução no PAN Lagoas do Sul. Envolve o protagonismo Mbyá-Guarani da tekoá Pindó Mirim, a SEMA/RS, a gestão do Parque Estadual de Itapuã e o Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

Objetiva realizar ações voltadas ao fortalecimento da relação entre o Parque e os Mbyá-Guarani, contribuindo para avançar na gestão ambiental e territorial destas áreas.

O PEI, localizado no município de Viamão, a 57 Km de Porto Alegre, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e abriga uma das últimas amostras dos ambientes originais da Região Metropolitana da capital gaúcha. É reconhecida historicamente a existência de um conflito de sobreposição entre o PEI e o território tradicional Mbya-Guarani. Neste sentido, tem-se buscado uma abordagem conciliatória, a partir de uma posição de escuta junto aos Mbyá-Guarani, visando a construção de soluções dialógicas e horizontais diante da perspectiva de compatibilização dos interesses de conservação com o direito à territorialidade indígena.

As ações em execução, a partir de demandas trazidas pelos Mbyá, são:

- 1) acesso dos moradores da tekoá Pindó Mirim nas áreas de uso público do Parque Estadual de Itapuã (PEI) e comercialização de seu artesanato tradicional;
- 2) Vivências e interfaces com os guarda-parque do PEI visando ampliar sua compreensão sobre o modo de vida Mbyá-guarani;
- 3) Elaboração de materiais visuais de valorização da cultura Mbyá-guarani no PEI;
- 4) Apoio na certificação, orientação e fortalecimento do viveiro artesanal de orquídeas implementado na aldeia;
- 5) Realização de um etnomapeamento no PEI e entorno, buscando compreender a territorialidade Guarani no Parque e áreas de entorno.

Itapuã: "Ponta de pedra" em Mbyá Guarani

O povo *Mbyá-Guarani* habita a Mata Atlântica há muitos milênios. É um grupo étnico pertencente à família Tupi-Guarani e que se move num amplo território que compreende áreas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Na região de Itapuã a presença dos Guarani é antiga. Itapuã é um nome de origem *Mbyá*, que significa *ponta de pedra*, referência aos seus morros de granito.



Até a década de 1970 haviam duas aldeias na área onde hoje situa-se o Parque Estadual de Itapuã. Em 2000, os *Mbyá* constituíram a *Tekoá Pindó Mirim*, uma aldeia com 22 hectares localizada nas proximidades do Parque. A área da aldeia, antes ocupada por uma plantação de eucalipto, foi gradativamente convertida em mata nativa pela comunidade *Mbyá* para que se pudesse viver o modo de ser guarani (*mbyá rekó*), enriquecendo a biodiversidade com suas práticas tradicionais.



O modo de ser *Mbyá* envolve uma relação de respeito e conexão profunda com a terra e com todos os seres que a habitam. Mais do que um espaço físico, ela representa, a um só tempo, pertencimento, ancestralidade, sustentabilidade e espiritualidade.

Aguyjevete!



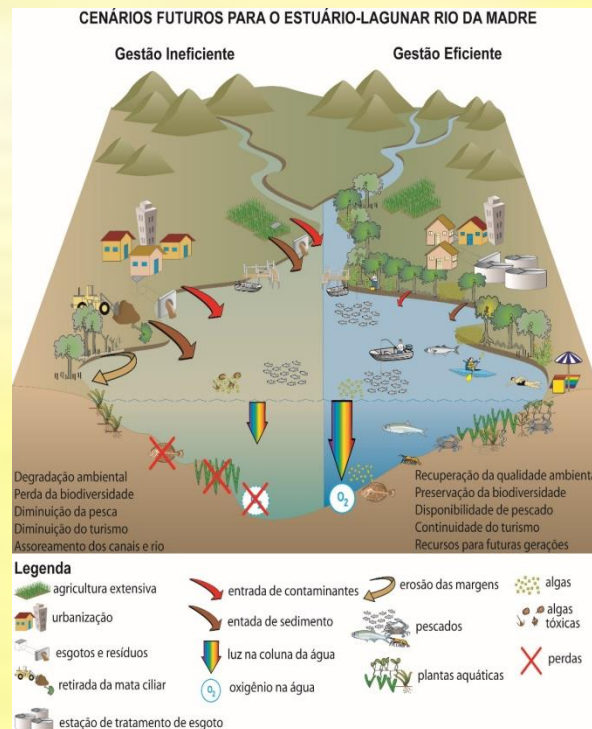
Poluição nas águas do sistema estuarino-lagunar do rio da Madre (SC)

Texto: Alessandra Fonseca
Imagem: LOQUI/UFSC

As lagoas da Guarda do Embaú e do Ribeirão (ou lagoa do Coração) fazem parte do estuário-lagunar do rio da Madre (ELRM), localizada nos municípios de Paulo Lopes (60%) e Palhoça (40%), em Santa Catarina. O cultivo de arroz e a urbanização que estão nesta região lançam seus resíduos não tratados e ricos em nutrientes e matéria orgânica nas águas naturais, prejudicando a qualidade ambiental do ELRM. A entrada destes materiais tem promovido a poluição das águas e baixas concentrações de oxigênio já foram registradas nas águas de fundo do rio da Madre e no canal que liga a laguna da Guarda à lagoa do Ribeirão.

A falta de oxigênio prejudica a saúde e o equilíbrio ecológico do sistema, diminuindo o número de organismos que precisam deste gás para respirar, como os siris, camarão e peixes.

Os pescadores locais relataram que 10 espécies de peixes desapareceram destas águas nas últimas décadas devido à poluição das águas.



Relatam também que ocorreu também a diminuição na quantidade e na qualidade de camarão e de pescado. A melhora da qualidade da água deste complexo-lagunar ocorre em período de chuvas fortes, quando ocorre a diluição e exportação das águas contaminadas para o mar aberto. Por outro lado, em período de ressaca no litoral, o nível do mar aumenta e aprisiona as águas do ELRM, que perdem rapidamente a sua qualidade. Por ser um sistema sensível a entrada de poluentes vindos da agricultura e da cidade de Paulo Lopes, a degradação ambiental pode se intensificar com o aumento do uso desta região pelo homem. Vale lembrar que o solo desta região é formado principalmente por areia e que o lençol freático é muito raso, características que aumentam a vulnerabilidade destas águas à poluição pelos esgotos domésticos e pelos resíduos agrícolas

Preservar a qualidade da água, e reverter a situação de poluição já identificada, é importante para a saúde e a economia local, que tem a pesca e o turismo de veraneio como importantes fontes de renda. Para melhorar a qualidade destas águas é fundamental preservar as matas ciliares, as nascentes e os banhados do ELRM. Os resíduos da agricultura e os esgotos domésticos precisam ser tratados com boa eficiência para retirar a matéria orgânica e os nutrientes antes de serem lançados no meio ambiente.

A conservação efetiva dos ecossistemas lagunares do sul do Brasil, proposta pelo PAN Lagoas do Sul, deve ser pautada no conhecimento técnico-científico e comunitário da região, estabelecendo diretrizes para o monitoramento ambiental e para a disponibilidade da informação à sociedade. A participação de todas e de todos moradores na gestão deste espaço é fundamental para que as ações de conservação tenham resultados positivos e para que as gerações futuras também possam viver com qualidade nesta região.

O PAN Lagoas do Sul e o plano das bacias Mirim e São Gonçalo

Texto: Cleber Palma Silva

Foto: Edelti Albertoni

No dia 12 de novembro de 2018, no auditório do Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMAR) na cidade do Rio Grande, ocorreu o Seminário Gestão das Águas: estuário da Laguna dos Patos. O evento foi realizado pelo Comitê de Gerenciamento das bacias da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo, e contou com apoio da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

O seminário faz parte das audiências públicas que vem sendo realizadas em função da elaboração do plano de bacias, e procurou ampliar a discussão para o enquadramento das águas estuarinas. Visando subsidiar a discussão foi apresentado pelo DRH-RS o enquadramento realizado na década de 1990 e os principais aspectos da legislação atual. A professora Tatiana Silva (FURG), também membro da equipe articuladora do PAN Lagoas do Sul, apresentou resultados dos estudos locais do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que está em fase final de elaboração. Também foram apresentados dados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD-FURG) na região estuarina.

Além das apresentações mais técnicas foi aberto um espaço para que o PAN Lagoas do Sul fizesse uma divulgação das principais ações previstas para a região da bacia. O professor Cleber Palma (FURG), membro do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), conduziu uma apresentação onde detalhou alguns aspectos relacionados às etapas de elaboração do PAN, e salientou a importância do documento final do plano de bacias considerar na definição dos seus programas e ações, a integração com as propostas contidas no Plano. Esta ideia foi bem aceita pelos participantes do seminário.

Foi chamada atenção especial a ação “1.34 Incentivar a implementação do Comitê de bacias da lagoa dos Patos (FURG – ICMBio)”. O presidente do Comitê e vice Câmara Técnica da Região Litorânea, Eng. André Oliveira, esclareceu que este assunto vem sendo considerado e deverá ser novamente discutido nas próximas reuniões da Câmara.

Este seminário foi uma excelente oportunidade de divulgação do PAN Lagoas do Sul em um contexto que possa contribuir com a definição dos programas a serem implementados pelo plano de bacias. Durante as próximas reuniões do Comitê esta estratégia deverá ser reforçada, visando aproveitar esta oportunidade de integração de ações.



Festival de Aves Migratórias em Mostardas/RS é palco de lançamento de Coalizão em prol do Parque Nacional Lagoa do Peixe

Texto e foto: Luciana Turela

O XIII Festival Brasileiro das Aves Migratórias, que ocorreu de 15 a 18 de Novembro, no município de Mostardas na região Sul do Estado, reuniu mais de 1.500 pessoas entre turistas, estudantes e ambientalistas. Para celebrar o evento foi lançado a “Coalizão pela conservação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP)” onde organizações locais, nacionais e internacionais dispuseram o seu comprometimento com a conservação da área ambiental de 34,4 mil hectares em benefício das comunidades locais e futuras gerações.

Segundo a gerente de projetos da SAVE Brasil, Juliana Bosi Almeida, a ideia é que a “coalizão” integre mais a comunidade local com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. “Esta coalizão é um conjunto de organizações e pessoas interessadas em desenvolver projetos de pesquisa e conservação que irão melhorar a gestão do Parque e a comunicação com a sociedade. Queremos mostrar para toda a população a importância deste Parque”, explicou a bióloga.

Por sua relevância internacional para a conservação das aves migratórias, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) foi incluído em 1991 na Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN sigla em inglês) e declarado Sítio Ramsar em 1993. O parque também é reconhecido pela UNESCO como zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Todo esse conjunto de atributos torna o local uma área natural excepcionalmente valiosa e ao mesmo tempo frágil, merecedora de ações de proteção e gestão compatíveis com o seu enquadramento como unidade de conservação e com sua condição de patrimônio natural brasileiro.

A iniciativa de realizar esta coalizão foi apresentada na noite e sábado, 17, dentro da programação do 14 ° Festival Brasileiro de Aves Migratórias, pelo Especialista em Conservação da Rede Hemisférica de Reservas das Aves Limícolas Migratórias, Diego Luna Quevedo. “A coalizão busca somar esforços, capacidades e recursos para fortalecer a gestão do Parque e assegurar a conservação deste local que é rota migratória do Atlântico”, afirmou o especialista chileno.



Integram a coalizão as seguintes organizações: Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, ICMBio/CEMAVE, Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Instituto do Meio Ambiente/IMA-PUCRS, Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), BirdLife International, CECLIMAR, e SAVE Brasil.

Terras quilombolas e conservação da biodiversidade

Texto: Joana Bassi

Tendo como objetivo melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território, o PAN Lagoas do Sul apresenta ações que buscam visibilizar territórios quilombolas, a partir de demandas protagonizadas por estas comunidades.

Os territórios quilombolas são considerados Áreas Protegidas de acordo com o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP - Decreto Federal nº 5758/2006) justamente por seu papel chave na conservação da biodiversidade e, consequentemente, no desenvolvimento nacional.

Às margens do Lago Guaíba, principal manancial de abastecimento hídrico de Porto Alegre, encontra-se o Quilombo Lemos, certificado pela Fundação Palmares.

Os 60 moradores da comunidade, cuja área lhes é de posse há mais de meio século, foram recentemente ameaçados de despejo e, desde então, um complexo trâmite jurídico se instaurou. O quilombo conta com uma ampla e crescente rede de apoiadores que, desde a ameaça de reintegração de posse, tem se articulado em ações coletivas. Inclui-se sociedade civil, organizações não governamentais e Conselho Estadual de Cidadania e Direitos Humanos do RS.

Esta situação reflete uma constância em termos de projeto de desenvolvimento, ocupação e uso do território da planície costeira do RS e seus ecossistemas associados: uma pressão imobiliária que vislumbra edifícios e condomínios em detrimento da garantia dos direitos dos territórios tradicionais e de seus modos de vida associados, cuja conservação da biodiversidade é aspecto inerente ao seu bem viver.

Conheça o PAN Lagoas do Sul

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul - é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil.

Coordenado pelo ICMBio e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o Plano envolve 157 ações em desenvolvimento.

Para saber mais, acesse os canais de comunicação do PAN Lagoas do Sul, ou entre em contato com a coordenação:

Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br

Site: [PAN Lagoas do Sul](#)
YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](#)

II Boletim Lagoando – Novembro de 2018

Edição e diagramação: Maya Ribeiro Baggio e Walter Steenbock

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul



Av. Carlos Ely Castro, 195
Fundos do CENTREVENTOS
Cep 88301-445 – Itajaí – SC

Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>



Mande Notícias!



Se você é articulador (a) ou colaborador(a) de ações do PAN Lagoas do Sul, envie notícias pra gente! Três a quatro parágrafos e uma foto...

Este Boletim é seu, é nosso, é das lagoas, é das espécies, é dos ecossistemas, é das gentes...

A young boy is seen from the back, holding a string of a bird-shaped kite. The kite is a dark silhouette of a bird in flight, with a long, thin blue tail that loops in the air. The boy's arm is raised, holding the string. The background is a bright blue sky with scattered white clouds. The title 'Lagoando' is written in a large, blue, cursive font across the middle of the image.

Lagoando

Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul
Boletim 03 – Maio de 2019

Ações do Projeto Taramandahy colaboram com o PAN Lagoas do Sul

Caiaçadas ecológicas



As caiaçadas são remadas ecológicas organizadas pelo Projeto Taramandahy para chamar a atenção sobre a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Tramandaí, com enfoque nos esportes náuticos limpos e no turismo ecológico. São realizadas em diferentes cursos d'água da bacia. Dia 23 de março foi realizada a caiaçada 'Água para Todos' com percurso pelo rio Três Forquilhas, reunindo mais de 100 participantes, entre esportistas, alunos da rede pública, funcionários do município, comunidade e agricultores, que juntos plantaram 200 mudas de árvores nativas na área de mata ciliar, antes do início da remada. Na ocasião, também foram celebradas importantes datas, como o aniversário do município de Três Forquilhas (20/3), Dia Mundial das Florestas (21/3) e o Dia Mundial da Água (22/3).

Em muitas aldeias, o sistema de saneamento básico é precário ou inexistente, causando sérios prejuízos à saúde das comunidades e ao meio ambiente. Visando reverter este quadro, no dia 20 de fevereiro foi realizada a primeira implantação de sistema modular ecológico de tratamento de efluentes domésticos em aldeia Mbyá Guarani do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Em formato de oficina, a implantação ocorreu na Aldeia Kuaray Resê (Sol Nascente) em Osório, para indígenas e a equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) Polo Osório. Até final de 2019, mais duas aldeias serão contempladas com esses sistemas, os quais também servirão como demonstrativos da tecnologia social de baixo custo, podendo ser replicados nas demais aldeias e comunidades rurais.

Saneamento para os Mbyá Guarani



Estas e outras ações que fazem parte do PAN Lagoas do Sul, contando com articuladores ligados ao Projeto Taramandahy – Fase III, o qual é executado pela Associação Nascente Maquiné – Anama – é patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental e apoiado pelo Comitê Tramandaí.

Por: Anaiara Letícia Ventura da Silva.

Parabéns à professora da UERGS - Unidade Tapes e aos Mbya Guarani!!!

RAFAELA BIEHL PRINTES



Plano de Vida Mbya Kuery que "saiu do papel" no litoral do Rio Grande do Sul: Governança para o tekó porã reguá (caminho do Bem Viver)

Participação Especial Mbya Guarani: Felipe Brizoela
Cacique da Aldeia Pindaty - Riozinho/RS

A tese "Plano de vida Mbya Kuery que saiu do papel" foi indicada pelo Desenvolvimento Rural - PGDR - UFRGS como melhor tese para o Prêmio da Sober José Gomes da Silva - Sociologia Rural!!! A tese é fruto do trabalho de um coletivo intercultural, envolvendo os Guarani, extensionistas e pesquisadores, o qual dialogou com a governança interna Guarani e a política territorial e indigenista. A partir da pesquisa-ação a pesquisadora compôs este coletivo e produziu a sua tese sendo conduzida pela governança Guarani.

Por: Gabriela Coelho-de-Souza

III Festival de Pipas / Dia Mundial da Água

No dia 22 de março ocorreu o “III Festival de Pipas” no Parque Estadual de Itapuã (PEI) gerenciado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, comemorando também o Dia Mundial da Água. Alunas e alunos, professoras e professores, comunidade local e povos tradicionais tiveram a oportunidade de soltar as pipas em uma das praias do Parque ainda não abertas para a visitação: a Praia de Fora, a beira da Lagoa (Laguna) dos Patos.

Rodeados de dunas, vegetação nativa e imensidão de água, o dia de brincadeiras, fez do PEI um cenário de aprendizados e trocas mútuas. A atividade promoveu a sensibilização sobre as águas ao nosso redor, sua qualidade e a importância desse recurso. Ainda, estreitou laços entre o PEI e a comunidade, local e tradicional, promovendo em todos nós o sentimento de pertencimento na beleza do encontro entre o Guaíba e a Lagoa dos Patos.

Texto e fotos, incluindo a da capa: Elisa Ilha e José Valencia



Monitoramento de Aves na Ilha dos Marinheiros



Em dezembro de 2018 a equipe do Laboratório de Aves Aquáticas e Tartarugas Marinhas (LAATM) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) realizou por mais um ano amostragens de material biológico de filhotes de Garça-branca-grande (*Ardea alba*) na Ilha dos Marinheiros, município de Rio Grande, RS. O estudo faz parte do programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), sítio 8 (Lagoa dos Patos), conduzido pela FURG. O objetivo é monitorar a dieta dessas aves e relacioná-la a fatores ambientais. Ao todo foram coletadas amostras biológicas de 22 indivíduos de quatro espécies: Garçamoura (*Ardea coccyz*), Colhereiro (*Platalea ajaja*), Garça-branca-pequena (*Egretta thula*) e Garça-branca-grande, além de 18 carcaças.

Além do monitoramento dos Pelecaniformes, o LAATM realiza, no mesmo sítio reprodutivo, um estudo que visa entender o transporte de matéria do meio aquático para o terrestre e se este influencia na nutrição de plantas, insetos e aves. Para isso, a equipe fez amostragem de 202 aves (Passeriformes, Columbiformes, Coraciiformes e outros) na colônia e em mais um ponto, sem a influência destes animais.

Os estudos contaram com o apoio de Leandro Ruiz, dono da propriedade que os Pelecaniformes utilizam anualmente como sítio reprodutivo.

Ele auxilia a equipe informando quando os animais chegam ao local e se há alguma alteração no ambiente.

Além dele, o pesquisador Dimas Gianuca, do Projeto Albatroz, que também já realizou estudos sobre a caracterização das espécies, a abundância e ecologia reprodutiva no local (2008–2011) também participa das expedições.



Imagem: Google Earth



Texto e fotos: Cindy T. Barreto, Juliana Vallim Gaiotto e Leonardo de Oliveira Soares

15 mil pessoas alcançadas com o Projeto Verão Praia Limpa de Garopaba (SC)



A iniciativa teve o apoio de Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento (SETUR) da Prefeitura de Garopaba. Desde 2012, o IMMC desenvolve com as 12 Escolas Municipais de Garopaba esta Tecnologia Social pioneira de educação socioambiental.

Texto e foto: assessoria de comunicação do IMMC

Aprovação dos Planos para as Bacias Hidrográficas e para o Parque do Tabuleiro em Santa Catarina

O Parque do Tabuleiro, como é chamado, foi criado pelo decreto SETMA nº 1.260 de 1º de novembro de 1975, protegendo cinco das seis formações vegetais da Mata Atlântica de Santa Catarina, em oito municípios da Grande Florianópolis, além dos mananciais e de diversas espécies listadas no PAN Lagoas do Sul. Após 43 anos o Plano de Manejo do Parque é aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA, em dezembro de 2018, por meio da portaria nº 289, e está disponível para [download no site do IMA](#).

O Parque do Tabuleiro ainda tem relação direta com as bacias hidrográficas contempladas no Plano de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Cubatão, Madre e bacias contíguas, elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS. O Plano de Recursos Hídricos foi aprovado no dia 20 de dezembro de 2018 pelos membros do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Cubatão, no que se refere a esta bacia hidrográfica. Pois, no que tange às Bacias do Rio da Madre e contíguas, a aprovação será feita pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, conforme orientação da SDS, uma vez que o decreto de ampliação da atuação do Comitê Cubatão para as demais bacias hidrográficas ainda não havia sido publicado até a data em que os produtos foram apresentados. No dia 6 de maio foi realizado o lançamento e a entrega oficial do Plano. Acesse os documentos na íntegra: <http://bit.ly/2vQo7aB>.

Texto e foto: Morgana Heltz

A 9ª Reserva Mundial de Surf e as comunidades locais elaboram proposta de saneamento descentralizado para a praia da Guarda do Embaú, SC



Como resultado de intensa mobilização social, foram finalizados os trabalhos do Comitê da 9ª Reserva Mundial do Surf (RMS) da Guarda do Embaú, para elaboração de uma proposta coletiva de solução para o saneamento na praia, de forma a conciliar as restrições legais com a proteção do ambiente e da comunidade. Atualmente, a disposição irregular de efluentes acaba por contaminar a foz do Rio da Madre, principalmente durante o auge do verão, quando a praia chega a receber cerca de 30.000 turistas por dia. Por meio da participação voluntária, o Comitê da RMS promoveu a realização de três oficinas participativas que resultou em um estudo onde os participantes decidiram pela implantação de um sistema de tratamento descentralizado, utilizando sistemas compactos e sistemas de raízes (Wetlands), com disposição final por infiltração no solo com perspectivas de reuso da água tratada. Houve ainda a realização da Audiência Pública no dia 06 de maio, na Guarda do Embaú, onde o estudo foi validado pela comunidade e pela Prefeitura de Palhoça.

Texto: Morgana Heltz. Foto: 9ª RMS da Guarda do Embaú

Legislação socioambiental e participação da SEMA/RS no PAN Lagoas do Sul

Texto e foto: Joana Bassi e Leonardo Urruth

A participação da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do RS (SEMA/RS) no Pan Lagoas do Sul envolve a execução direta de 22 ações, articulando pelo menos 20 analistas ambientais do Departamento de Biodiversidade da SEMA e do Departamento de Qualidade Ambiental da FEPAM.

Esta ampla participação parte de uma compreensão integradora de conservação orientada pelo planejamento territorial, pelo envolvimento multisetorial e pelo respeito à diversidade, autonomia e modo de ser dos povos e populações tradicionais. Esta concepção encontra-se amparada na legislação desde a Convenção da Diversidade Biológica (1992), estando presente também no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985/00) e, mais recentemente, no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (Decreto Federal nº 5.578/06), na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal nº 6.040/07) e na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Áreas Indígenas (PNGATI) (Decreto Federal nº 7.747/12).

Reflexo desta base legal estão as ações do PAN sob articulação da SEMA que envolvem o apoio a projetos de estímulo ao viveirismo artesanal ou comunitário na agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais; o fortalecimento do diálogo e saberes interculturais envolvendo área indígena e Unidades de Conservação (UCs); a implementação de atividades de educação socioambiental em comunidades de entorno de UC; o fomento a ações de reposição florestal e agroflorestal em áreas indígenas; e a certificação agroflorestal e extrativista da flora nativa, viabilizando a regularização ambiental e a segurança à prática agroflorestal e ao manejo de espécies nativas - ação pioneira entre os órgãos ambientais no Brasil. A Certificação Ambiental Agroflorestal e Extrativista, em articulação com a Rota dos Butiazais e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas, receberam o reconhecimento pelo Selo do Prêmio Nacional de Agrobiodiversidade Juliana Santilli no ano de 2017, organizado pelo Instituto Socioambiental - ISA. Essa é a principal premiação no tema da agrobiodiversidade em âmbito nacional.



Agroflorestas e recuperação da agrobiodiversidade em aldeias Guarani.

As aldeias *Guabiju*, em Cachoeira do Sul, e *Karandy*, em Camaquã, da etnia Mbya-Guarani, serão contempladas com a implantação de agroflorestas e quintais agroflorestais, com ações que envolvem toda a comunidade na recuperação de áreas degradadas.

O projeto desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento Agrário, Pesqueiro, Aquícola, Indígenas e Quilombolas (DDAPA/SEAPDR), foi aprovado pela SEMA/RS e receberá R\$ 305.296,15. O recurso provém dos passivos ambientais de Reposição Florestal Obrigatória (RFO), no qual empresas em débito com a SEMA podem reverter este passivo em financiamento de projetos ambientais (compensação ambiental). "Os recursos provenientes da RFO provêm de compensações devidas e, por isso, permanentes, o que nos dá uma perspectiva de aprovação de outros projetos para outras aldeias do Estado", explica a socióloga Márcia Londero, da assessoria técnica do DDAPA, divisão indígena. Um novo projeto que já está em estudo deve ser realizado com as aldeias *Kainganges*.

O trabalho de plantio de mudas que propiciem a recuperação da agrobiodiversidade das áreas degradadas deve se iniciar no próximo mês. O Comitê Gestor Intercultural (formado por SEADPR, SEMA, CTI, CEPI e lideranças das duas aldeias) definirá a forma e local de implantação das agroflorestas, a partir de reuniões e de oficina de etnomapeamento (metodologia criada pelo governo federal através da Política Nacional de Gestão Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Dessa forma serão definidas as áreas. Os locais para frutíferas, plantas medicinais, plantas sagradas, entre outros espaços. "Este trabalho deverá primar pela construção de um ambiente de bem-viver para os indígenas, uma *tekoá* (o lugar do modo de ser guarani)", explica Márcia Londero.

Fonte: Sec. da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/RS (www.agricultura.rs.gov.br)

PAN integra estratégias para conservação de espécies, ambientes e modos de vida.

No período de 12 a 14 de março, foi realizada a I Oficina do Projeto PANexus Restinga, em Pelotas (RS). O PANexus é um projeto multi-institucional, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O foco do PAN é a segurança hídrica, energética e alimentar de comunidades que vivem na região das restingas da planície costeira do Sul do Brasil e uma das suas estratégias é o apoio à governança do PAN Lagoas do Sul. Este apoio é proposto na medida em que o PAN, coordenado pelo Cepsul, busca agregar ações de conservação de espécies e ambientes considerando o protagonismo de modos de vida sustentáveis ou tradicionais, com enfoque territorial. A oficina ocorreu na sede do Centro de Capacitação de Agricultores Familiares (Cecaf) da Embrapa Clima Temperado e contou com a participação de mais de 40 pessoas, entre articuladores e colaboradores de ações do PAN Lagoas do Sul e outros parceiros.

A metodologia envolveu um diagnóstico amplo da situação atual das ações do PAN Lagoas do Sul, a partir do qual foram propostas atividades sinérgicas com as diferentes instituições presentes, visando à otimização do alcance das ações e da integração entre a conservação de espécies e ambientes e a segurança hídrica, alimentar e energética das comunidades que vivem na região.



Texto: Walter Steenbock. Foto: divulgação PANexus

Planejamento de ações entre Projetos NEXUS na área do PAN

Dia 15 de abril reuniram-se na Embrapa Clima Temperado pesquisadores e professores Tatiana Miranda, Gabriela Coelho-de-Souza, Andressa Ramos e Loyvana Perucchi do ASSSAN Círculo, do PGDR/UFRGS, os Pesquisadores Irajá Antunes e Gilberto Beviláqua e a equipe de restauração florestal composta pelos pesquisadores Adalberto Miúra, Ernestino Guarino e Letícia Dereti. A reunião foi coordenada por Alberi Noronha que propôs a convergência entre os Projetos PANexus, Nexus Pampa e o trabalho histórico de resgate de sementes crioulas.

Os principais resultados centraram-se no planejamento dos eventos conjuntos VII Seminário Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar e IV Seminário das Agroflorestas, com indicativo de data para dezembro de 2019, na Embrapa Clima Temperado.

À tarde os pesquisadores participaram da reunião da coordenação sul da Rede Ecovida, onde a Rede apresentou demandas de parcerias para a Embrapa e PGDR/UFRGS. Nesta ocasião foi planejado o evento de aproximação entre o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e a SEMA do Rio Grande do Sul para compartilhamento da experiência de Certificação Agroflorestal que está em andamento no RS tendo a Rede Ecovida e o Projeto PANexus como apoiadores.



Centro de Capacitação de Agricultores Familiares (Cecaf)

Texto: divulgação PANexus. Foto: João Felipe Martins

Conheça o PAN Lagoas do Sul

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



O objetivo do Boletim Lagoando é divulgar as ações do PAN Lagoas do Sul, a partir de matérias escritas pelos próprios articuladores e colaboradores do PAN, bem como promover a articulação dos diversos atores e das ações com outras pessoas, instituições e projetos com interesses afins.

Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul.

Mande Notícias!



👉 Os arquivos com as notícias – **notas de até três parágrafos (máximo de 1800 caracteres, com espaço), escritos de forma clara e objetiva, acompanhadas de foto e da autoria do texto** – deverão ser enviados prontos para a publicação, pois não será realizada revisão, diagramação ou editoração das notas e fotos por parte da equipe de coordenação do PAN. Para encaminhar sua notícia para a divulgação nas próximas edições, envie o e-mail para: panlagoas@gmail.com. Teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Para obter informações completas sobre o PAN Lagoas do Sul, você poderá pesquisar as Portarias de Publicação e a Matriz de Planejamento no site do PAN ICMBio: [PAN Lagoas do Sul](#). Entre em contato com os articuladores ou com a coordenação do PAN e venha contribuir na execução das ações de sua região!

Boletim Lagoando
Edição número 03
Maio / 2019

Edição e diagramação:
Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição:
Membros do GAT, articuladores e
colaboradores do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPSUL





Lagoando

Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul - Boletim 04 – setembro de 2019

FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL DA LAGOA DA IBIRAQUERA MOBILIZADO PELA SAÚDE DAS ÁGUAS DA LAGOA.

texto e fotos: Sandra Severo

Considerando o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca e o PAN Lagoas do Sul como instrumentos norteadores de políticas públicas ambientais no litoral sul catarinense, o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa da Ibiraquera está propondo um sistema de tratamento de efluentes ecoeficientes. O sistema é baseado em soluções individuais, como alternativa de tratamento de esgoto sanitário no entorno da Lagoa de Ibiraquera, através de ações conjuntas com poder público municipal, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Garopaba e a coletividade.

Apresentado à comunidade, em Plenária realizada no dia 08 de junho, o projeto tem seis objetivos específicos:

- 1) Monitorar sistematicamente a qualidade das águas da Lagoa, através de convênio já firmado entre Prefeitura de Imbituba e IFSC- Garopaba;
- 2) Diagnosticar e espacializar as diferentes fontes de poluição de águas que chegam até o corpo lagunar;
- 3) Implementar, através de lei, a obrigatoriedade de instalação do sistema padrão (fossa – filtro e sumidouro) nas construções vindouras, de modo a condicionar tal prática à concessão de Alvará de Construção, nas áreas ainda não atendidas pelo sistema coletivo;
- 4) Capacitar trabalhadores da construção civil para implantação de sistemas ecoeficientes;
- 5) Desenvolver pesquisas de soluções alternativas individuais ao sistema da ABNT; e
- 6) Incentivar a Prefeitura de Imbituba a adotar o IPTU Verde como instrumento de estímulo à implantação de boas práticas ambientais.

Segundo Maria Aparecida Ferreira, coordenadora do Fórum da Agenda 21, e representante do Centro Comunitário da Ibiraquera (CCI), “a qualidade da água do corpo lagunar reflete diretamente na qualidade do pescado, na conservação da comunidade tradicional local, no desenvolvimento econômico, no turismo e nas condições de lazer da população”.

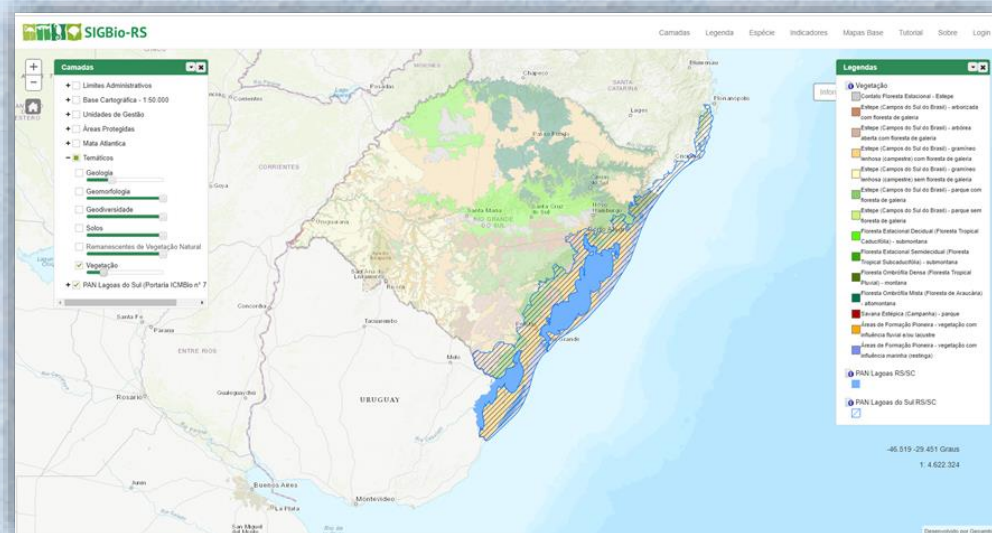
Para ficar por dentro das ações do CCI e do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, acesse: [Conselho Comunitário de Ibiraquera](#)



PAN LAGOAS DO SUL NO SIGBIO-RS

por: Joana Bassi/SEMA; Raquel Pretto/FEPAM

A camada dos limites do território do PAN Lagoas do Sul foi recentemente inserida no Sistema de Informação Geográfica sobre a Biodiversidade do Rio Grande do Sul (SIGBBIO-RS), possibilitando a consulta pública de sua área de abrangência. O SIGBIO-RS é um visualizador de informações da biodiversidade do estado do RS que reúne dados ambientais de diversas fontes. Dentre as informações, encontra-se a espacialização do registro de espécies ameaçadas, a partir do Sistema Live, um trabalho desenvolvido pela Fundação Zoobotânica do RS; dados do acervo do Museu



de Ciências Naturais (MCN); coleções vivas do Jardim Botânico; e os registros de espécies exóticas mantidos pelo Instituto Hórus. O SIGBIO também comporta camadas de dados espaciais, incluindo unidades de gestão, áreas protegidas, mapas temáticos de vegetação, geologia, geomorfologia, dentre outros. Dentro dos próximos meses almeja-se também disponibilizar uma base cartográfica socioambiental do PAN Lagoas do Sul. Este avanço permitirá visualizar a correlação e sobreposição de diversas informações de biodiversidade e territórios tradicionais na área de abrangência do PAN, sendo uma ferramenta importante para qualificar visualmente dados do PAN em diferentes recortes espaciais, facilitando também a interlocução e agregação de novos atores. Diversos elementos espacializados em breve poderão ser visualizados em sobreposição ao Território do PAN: espécies de flora e fauna ameaçadas de extinção, áreas prioritárias para conservação dos biomas pampa, mata atlântica e zona costeira/marinha (MMA/ano base 2019), unidades de conservação e territórios indígenas.

Faça uso do SIGBIO-RS e descubra mais sobre a nossa biodiversidade e o PAN Lagoas do Sul. Para mais informações sobre o SIGBIO e acesso à plataforma, consulte o site <https://www.sema.rs.gov.br/sigbio-rs>.

VOLUNTÁRIOS COLETAM 345KG DE LIXO EM GAROPABA (SC)

No Dia Mundial dos Oceanos (08/06), o Instituto Monitoramento Mirim Costeiro (IMMC) de Garopaba e instituições parceiras fizeram um mutirão de limpeza na Praia do Centro Histórico de Garopaba (SC). O *Trashtag Challenge* faz parte de um movimento mundial para limpar praças, rios, praias, parques. Estas ações têm ajudado na conscientização da comunidade com relação aos cuidados com o meio ambiente.

Texto e fotos: assessoria de comunicação do IMMC

Mais uma ação de limpeza na praia do centro histórico de Garopaba (SC) revelou um indicador nada bom. Em apenas 100 metros de praia 62 voluntários coletaram 345 Kg de resíduos como pneus, pedaços de redes e artefatos de pesca, vidros, embalagens plásticas e muitas pontas de cigarro. A ação foi realizada neste final de semana, no sábado (08), Dia Mundial dos Oceanos, para servir de alerta e conscientizar a comunidade para uma triste questão apontada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a questão descarte incorreto do plástico. Segundo a ONU, se não fizermos nada para conter o consumo do plástico de uso único (canudos, copos, sacos) em 2050 haverá mais plástico do que peixes nos oceanos. Infelizmente, todos os anos mais de 8 toneladas destes materiais são lançadas nos oceanos.

Preocupado com estes indicadores e para tentar contribuir com a educação ambiental e a mobilização de pessoas em favor da proteção desses ambientes, o IMMC e seus parceiros organizaram esta atividade comunitária. A ideia agora é levar estes dados para a prefeitura e solicitar formas de como evitar o descarte destes materiais em locais inadequados e que atraem milhões de turistas na temporada.



Integrantes do Conselho de Turismo (CONTUR), Ecosurf, Let's Go Surfing Girls, ONG Ferrugem Viva, Projeto Cetáceos, Projeto Social Praia Mais Limpa, Reiki Comunitário e pessoas da comunidade fizeram parte dos participantes desta ação de limpeza na Praia do Centro Histórico de Garopaba (SC). O grupo ainda fez um abraço simbólico para marcar o Dia Mundial dos Oceanos.



SEMANA DO MEIO AMBIENTE DO PARQUE ESTADUAL DE ITAPUÃ

texto e fotos: Dayse Rocha e Leticia Sehn

De 03 a 09 de junho de 2019, o Parque Estadual de Itapuã (PEI) promoveu atividades em comemoração ao dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho. Em torno de 500 pessoas participaram da programação que envolveu: **II Reunião do Conselho Consultivo do PEI** realizada na sede da Ascomovita - Associação Comunitária dos Moradores da Vila de Itapuã (ASCOMOVITA), com pauta sobre a Lagoa Negra; a participação com palestra e estande de divulgação na **Semana do Meio Ambiente de Viamão**, no Calçadão Tapir Rocha; o **VIII Encontro de Estudos** realizado no Centro de Visitantes do PEI, que contou com palestras ministradas por pesquisadoras do PEI sobre Florística, Educação Ambiental e Borboletas, além da inauguração da Trilha da Visão com interpretação sobre as borboletas; o **Encontro das Artes** com exposição e demonstração de trabalhos de mosaicos na Praia das Pombas; a **Trilha com a Comunidade**, sendo duas Trilhas da Visão e uma da Onça; e no final de semana, a participação com estande de divulgação na **10ª Festa do Peixe** na Vila de Itapuã.

As atividades foram todas gratuitas, com distribuição de mudas de árvores nativas doadas pelo Horto Florestal do Litoral Norte/SEMA e arrecadação de frutas e rações doadas ao Mantenedouro Araticum.



“ANÁLISE DA GOVERNANÇA DE RECURSOS DE USO COMUM: O CASO DOS REGIMES DE ACESSO NA PESCARIA ARTESANAL DO BAGRE NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL”

Por: Diogo Camargo Pires

A dissertação de Diogo Pires, defendida em julho, tratou do conflito sobre a proibição da captura do bagre, o qual teve avanços em sua negociação por meio da construção de um Plano de Manejo Participativo da Pesca do Bagre, pelo Fórum do Delta do Jacuí, no Norte da Laguna dos Patos. A proibição da captura do bagre desencadeou uma série de consequências sobre a governança da pesca artesanal, desde a incompreensão dos pescadores sobre a classificação do bagre como espécie ameaçada, até a diminuição da renda e criminalização da atividade pesqueira. O impacto na renda do pescador artesanal revela uma redução nos valores de 72% a 90%, inviabilizando cerca de 60% das pescarias avaliadas. Esse cenário leva a uma desvalorização econômica e social da identidade do pescador, que sente-se constantemente ameaçados ao exercer sua atividade.



O Plano de Manejo Participativo da Pesca do Bagre representa um processo de negociação do conflito estabelecido entre os processos de gestão da conservação desta espécie ameaçada e os modos de vida dos pescadores artesanais. Ele se constitui em uma ação do Plano Nacional de Conservação dos Ambientes Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil, bem como está previsto como instrumento da Política Estadual de Pesca Sustentável - Lei nº.15223/2018. O reconhecimento deste instrumento pelas políticas públicas de conservação e de pesca é resultado dos processos de governança em que o Fórum do Delta do Jacuí é protagonista, e representa a possibilidade da re-existência da pesca artesanal nesta região.

GOVERNANÇA DOS BUTIAZAIS É DISCUTIDA NA 17ª CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE COMMONS

Por: Rodrigo Rodrigues de Freitas

Os frutos de palmeiras do gênero *Butia* spp. são amplamente usados por comunidades que ocupam a região do PAN Lagoas do Sul, sendo uma das principais atividades tradicionais de extrativismo vegetal. Seus frutos são consumidos *in natura* e utilizados para a produção de cachaça, licores, sorvetes, picolés, sucos e geleias. A espécie *Butia catarinensis* ocupa parte do litoral catarinense e o extremo norte do Rio Grande do Sul, e é considerada ameaçada de extinção, especialmente pela ação da especulação imobiliária, estabelecimento de monoculturas de espécies exóticas (ex. *Eucalyptus* spp.) e desenvolvimento industrial em regiões portuárias.

O professor da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e membro do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) do PAN Lagoas do Sul, Rodrigo de Freitas, apresentou a pesquisa de mestrado em desenvolvimento de seu orientando, João Felipe Martins, na 17ª Conferência Global da Associação Internacional para o Estudo dos Recursos de Uso Comum (IASC), ocorrida entre os dias 1 e 5 de julho em Lima, Peru.



Martins é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNISUL e membro do Grupo de Pesquisa em Conservação de Recursos Naturais de Uso Comum (GRUC-UNISUL). Ele busca com sua pesquisa identificar as principais ameaças aos butiazaís de *B. catarinensis* e as iniciativas para a sua conservação.

A Conferência Bianual da IASC agrega profissionais de diferentes países com perfis diversos, que buscam compreender o uso dos recursos comuns (água, florestas, pesca, entre outros) a partir das complexas relações entre os sistemas sociais e ecológicos. A pesquisa de Martins está prevista para ser finalizada em julho de 2020 e deverá subsidiar as ações relativas a conservação dos butiazaís no território do PAN Lagoas do Sul.



A BRIZA SOPRA NOS TERRITÓRIOS DO PAN LAGOAS DO SUL PROMOVENDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN

por: Felipe Ewald e Gabriela Coelho-de-Souza

No dia 03 de junho ocorreu o "Seminário Alimentação Saudável, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e os Territórios Rurais no Rio Grande do Sul", na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O evento foi promovido pelo Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo) em homenagem à Brizabel Rocha - militante e articuladora das políticas de segurança alimentar e dos territórios rurais no estado, falecida em março.



Brizabel Rocha (in memoriam)

O evento contou com a presença de representantes da Frente Parlamentar Gaúcha em defesa da Alimentação Saudável e da Frente Parlamentar em Defesa dos Alimentos Tradicionais e Artesanais, além de integrantes da Emater, da Agapan, da UERGS, da UFRGS, de conselhos de desenvolvimentos territorial, de movimentos sociais e de produtores. Durante a programação Dom Mauro Morelli, bispo emérito da igreja católica e presidente do CONSEA Nacional em sua primeira fundação, realizou a entrega do [Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul](#) ao Secretário-chefe da Casa Civil, Otomar Vivian, juntamente com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RS).

Na comitiva, estavam presentes Vladimir Duarte, vice-presidente do CONSEA-RS, Miguel Montaña, também do conselho, Gabriela Coelho-de-Souza, coordenadora do PGDR e do ASSSAN Círculo, Elisete Ribeiro, do Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FESANS-RS), Vinicius Rocha, filho de Brizabel Rocha, deputado estadual Edegar Pretto e seu assessor, Juliano Ferreira De Sá, e o deputado Frederico Antunes, líder do governo na Assembleia Legislativa.

O representante do poder executivo garantiu que levaria o documento ao governador e se comprometeu a trabalhar para a convocação da Conferência Estadual de SAN. Como um desdobramento desse dia, no dia 19 de julho ocorreu em Caxias do Sul a primeira Conferência Municipal, dando início ao ciclo de um dos quatro instrumentos da política pública de SAN: as conferências.



O [Território Rural Litoral](#), de onde Brizabel era assessora territorial, contou com a presença de representante do Fórum da Pesca do Litoral Norte, Loivo José Welter, do cacique Mbya Guarani da aldeia Pindoty, Felipe Brizoela, e da associação dos quilombolas de Tavares, Ocimar Pires Duarte. Esta representação dá conta da grande costura que Brizabel realizou no final de sua vida, enxergando que a articulação de diferentes atores, aliada ao diálogo com o poder público, se constitui no arranjo de organizações da sociedade que tem a maior possibilidade de ter efetividade nas suas práticas. Por isso, ela apostava muito nos territórios rurais.

O movimento impulsionado pelo evento em homenagem a Brizabel Rocha contribuiu para a ação do PAN Lagoas do Sul 1.49, de "fortalecer a implantação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional nos municípios dos territórios rurais Litoral e Centro Sul". Para saber mais, confira aqui: <https://bit.ly/2HUXBUp>

PESQUISA DE MESTRADO CONDUZIDA EM UNIDADE DEMONSTRATIVA NA ZONA DE AMORTECIMENTO DA ESEC DO TAIM

Por: Jamir Luís Silva da Silva

No dia 31/07/2019 foi apresentada a dissertação de Lisiane Jobim da Costa Pinheiro, intitulada "Recuperação de Pastagem Nativa em Integração Lavoura Pecuária na Zona de Amortecimento do Taim", como parte do Mestrado em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Federal de Pelotas.



A pesquisa objetivou avaliar o manejo que aumente a sustentabilidade ambiental e produtiva dos agroecossistemas da Zona de Amortecimento da Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim), através da recuperação da pastagem nativa em áreas de Integração Lavoura Pecuária, com manejo sustentável do pastejo via ajuste de carga animal (intensidade de pastejo moderada). O mesmo foi desenvolvido na Fazenda Santa Cândida, Município de Santa Vitória do Palmar/RS, localizada no entorno da ESEC.

Após dois anos de cultivo do arroz irrigado há estabelecimento de pastagens de inverno (azevém anual, trevo branco e cornichão), para uso durante um período de quatro anos, com retorno do campo nativo, proporcionando um modelo sustentável de uso desses solos.

Com a recuperação da fertilidade do solo, utilizando calcário e adubação, durante a fase das pastagens de inverno, e pastejo equilibrado, com carga animal (intensidade de pastejo) de acordo com o crescimento do pasto, houve regeneração natural da vegetação forrageira.



Área de coleta da amostra (A) com o quadrado e corta da amostra (B)

Espécies nativas de boa qualidade nutricional como grama tapete, grama baixa, capim lombo branco e grama boiadeira, reapareceram e indicam avanço nos estágios sucessionais da vegetação, demonstrando também a capacidade do campo nativo em retornar ao estado de equilíbrio. Concluiu-se que a implantação do Sistema de Integração Lavoura Pecuária e o uso de técnicas de manejo adequadas proporcionou o retorno de qualidade tanto na composição botânica pela diversidade florística como na bromatológica, sendo uma alternativa capaz de reverter o quadro de distúrbios causados pelo plantio contínuo de arroz, recuperando áreas de monocultura e fazendo com que haja preservação e sustentabilidade ao mesmo tempo na Zona de Amortecimento do Taim.

RESERVA MUNDIAL DE SURF DA GUARDA DO EMBAÚ APRESENTARÁ PLANO DE MANEJO

Por: Maya R. Baggio

Em outubro de 2016, a praia da Guarda do Embaú, localizada no município de Palhoça, SC, recebeu o título de [Reserva Mundial de Surf](#) (RMS), a primeira no Brasil. A titulação é um programa desenvolvido pela Save The Waves Coalition e parceiros, e tem a intenção de servir como “modelo global para preservar as quebras de ondas e áreas adjacentes, reconhecer e protegendo os principais atributos ambientais, culturais, econômicos e comunitários das áreas de surf”. Para tanto, os critérios de seleção das RMS são quatro:



Há três anos a comunidade da Guarda do Embaú vêm trabalhando em prol do título de RMS, desde sua campanha de candidatura até hoje. Dentre as principais conquistas, tem-se a consolidação do Conselho Gestor; a realização de diversas ações de sensibilização, formação e comunicação; a elaboração do plano de manejo. Agora o Conselho também está participando da construção do Programa Brasileiro de Reservas de Surf (PBRs).

Participe da “Cerimônia de Dedicação” da RMS da Guarda do Embaú em outubro! Para maiores informações, acesse: <https://www.facebook.com/guardadoembausurf/>



SAVE
THE
WAVES
COALITION



SAVE THE DATE!

Cerimônia de Dedicação da 9ª Reserva Mundial de Surf Guarda do Embaú - Brasil

~ 25 a 27 de Outubro de 2019 ~

Junte-se a nós na Dedicação Oficial da Guarda do Embaú, em Santa Catarina, Brasil, como a 9ª Reserva Mundial de Surf (RMS)! Esse incrível ecossistema de surf é rico em biodiversidade, cultura local e ondas de qualidade internacional. A Guarda é um tesouro nacional, tem um visual impressionante e é uma das mais exclusivas entre as Reservas eleitas até hoje, você não vai querer perder essa!

Após três anos de planejamento administrativo e desenvolvimento meticuloso de um plano de manejo, o Comitê Gestor Local da 9ª Reserva Mundial de Surf (RMS) está pronto para receber a comunidade do surf e os amantes da natureza. A dedicação contará com um passeio interpretativo da Reserva, oficinas de proteção do ecossistema de surf, palestras de lendas locais e, é claro, uma festa no bom estilo brasileiro!

Mais detalhes a seguir.



CONHEÇA O PAN LAGOAS DO SUL

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



Mande Notícias!



O objetivo do Boletim Lagoando é divulgar as ações do PAN Lagoas do Sul, a partir de matérias escritas pelos próprios articuladores e colaboradores do PAN, bem como promover a articulação dos diversos atores e das ações com outras pessoas, instituições e projetos com interesses afins. Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Participe você também!

👉 Os arquivos com as notícias – **notas de até três parágrafos (máximo de 1800 caracteres, com espaço), escritos de forma clara e objetiva, acompanhadas de foto e da autoria do texto** – deverão ser enviados prontos para a publicação, pois não será realizada revisão, diagramação ou editoração das notas e fotos por parte da equipe de coordenação do PAN. Para encaminhar sua notícia para a divulgação nas próximas edições, envie o e-mail para: panlagoas@gmail.com. Teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Boletim Lagoando: edição número 04
Setembro / 2019

Edição e diagramação:
Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição: Membros do GAT,
articuladores e colaboradores do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul

Endereço: Av. Carlos Ely Castro, 195
Cep 88301-445 – Itajaí – SC
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

Contatos: Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br
Site: [PAN Lagoas do Sul](#) YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](#)



Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul
Boletim 05 – dezembro de 2019



Lagoando

ENCANTO DAS ÁGUAS

por: Kamila Debian, NEMA

A quinta edição do Encanto das Águas ocorreu no dia 26 de outubro no Parque Urbano do Bolaxa, no município de Rio Grande, RS. O evento teve o intuito de divulgar a importância dos ambientes que compõem a APA da Lagoa Verde e promover a integração da comunidade com a área.



Para tal, foram promovidas atividades de saúde e bem-estar, ações de educação ambiental, apresentações culturais e feirinha com a participação de produtores e artesões locais.

O Encanto das Águas foi desenvolvido pelo Projeto Lagoa Verde do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA, com o apoio da Secretaria de Município do Meio Ambiente, Unimed Litoral Sul e Associação Comunitária Amigos e Moradores do Bolaxa – ACAMBO.

PAN LAGOAS DO SUL PROMOVE PRIMEIRA OFICINA DE MONITORIA

por: Maya Baggio, CEPsul/ICMBio

O Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul) realizou a primeira Oficina de Monitoria do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul), entre os dias 29/10 e 01/11/2019. A capacitação ocorreu na sede do Cepsul, em Itajaí (SC), e contou com a presença de membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), que representa a diversidade de atores envolvidos. Pesquisadores vinculados a organizações não-governamentais, universidades, secretarias de meio ambiente, comitês de bacias, órgãos de pesquisa agropecuária e extensão rural, centros nacionais de pesquisa sobre fauna e flora, comunidades indígenas, quilombolas e pescadores artesanais contribuem para a implementação do PAN e são contemplados pelo GAT.

Durante o evento, os participantes construíram em conjunto uma linha do tempo do PAN, resgatando acontecimentos e fatos marcantes até o momento. Na linha do tempo, foi destacada a importância deste processo institucional considerar o contexto territorial com sua sociobiodiversidade e ações locais. Assim como o fato de que o PAN promove visibilidade e amparo, à medida que respeita e valoriza diferentes linguagens e relações, contribuindo para ampliar o olhar das diferentes regiões sobre a conservação, estimulando novas formas de trabalhar coletivamente em prol de objetivos comuns.



Durante os dias de oficina, o GAT complementou informações referentes às 157 ações do PAN, assim como revisou e avaliou cada uma delas. Ao final do evento, os participantes debateram demandas relativas às ações e fizeram encaminhamentos para 2020. Um deles é a previsão de um encontro regional para fortalecer a governança do PAN Lagoas do Sul, em parceria com o Projeto PANexus Restinga, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



O coordenador do PAN e analista ambiental do Cepsul, Walter Steenbock, avaliou positivamente a experiência. “A Oficina possibilitou verificar que a estratégia de abordagem territorial do Plano, agregando ações desenvolvidas a partir de capacidades de governança instaladas em espaços coletivos, como conselhos, comitês e fóruns, têm permitido resultados importantes”, analisa Steenbock. Os resultados finais da I Monitoria do PAN Lagoas do Sul e sua Matriz de Planejamento atualizada estarão disponíveis a partir de 2020, na [página do PAN do ICMBio](#).

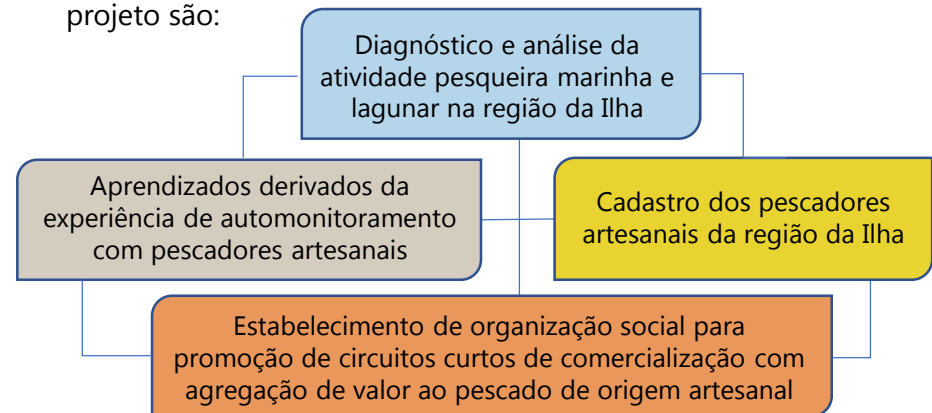
MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA PESCA ARTESANAL É TEMA DE PROJETO EM LAGOAS DE SANTA CATARINA

por: Rodrigo Freitas

O monitoramento da pesca visa avaliar a efetividade das ações de manejo sobre os estoques pesqueiros, o ecossistema e o bem-estar dos pescadores. A partir dos resultados do monitoramento é possível adaptar processos de gestão com vista a assegurar a sustentabilidade da atividade. No entanto, desde 2008, com a desativação do Sistema Nacional de Coleta de Dados Estatísticos de Pesca, a gestão dos recursos pesqueiros está comprometida em virtude da ausência de informações. Além de dar maior visibilidade à produção pesqueira artesanal e promover o empoderamento do pescador nos espaços de discussão, o conhecimento gerado a partir do monitoramento participativo pode auxiliar diretamente a gestão pesqueira. Programas de monitoramento quando estruturados de forma participativa e articulados com Unidades de Conservação passam a ser uma poderosa ferramenta para a sua gestão, pois dão suporte aos processos de tomada de decisão e às ações de manejo.



O monitoramento participativo foi um dos temas abordados nas Oficinas Regionais de Fortalecimento da Pesca Artesanal realizadas no âmbito do projeto GEF-MAR em 2018 e 2019 na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, em Santa Catarina. Na priorização das temáticas para continuidade das ações do componente de integração comunitária do projeto GEF-MAR na APA da Baleia Franca, o monitoramento participativo foi escolhido para ser realizado na região da Ilha (Laguna e Jaguaruna), junto às comunidades do Farol de Santa Marta, Lagoa da Cigana, Camacho, Santa Marta e Garopaba do Sul. Os resultados esperados com este projeto são:



O projeto foi proposto pela APA da Baleia Franca (ICMBio) e conta com a participação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio), do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL/ICMBio), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Este projeto está previsto para ocorrer entre janeiro de 2020 e 2022 e deverá subsidiar as ações relativas a participação de pescadores em UCs, gestão e monitoramento da pesca no território do PAN Lagoas do Sul.

INCÊNDIOS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA BAIXADA DO MASSIAMBÚ

- PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO

por: Grupo Técnico Científico de Apoio à
Restauração Ecológica da Baixada do Massiambú
fotos: [SOS Rio Da Madre e colaboradores](#)

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) possui uma ampla diversidade de habitats, e abrange quase todas as grandes formações vegetais do bioma encontradas em Santa Catarina, sendo também um importante remanescente da Mata Atlântica. Recentemente, entre os dias 10 e 11 de setembro de 2019, 824,5 hectares localizados nos cordões arenosos da Baixada do Massiambú, no município de Palhoça foram incendiados, atingindo grande parte da Zona Primitiva e parte da Zona de Recuperação do PAEST.

Para apagar o incêndio foram mobilizados organizações governamentais e não governamentais, instituições privadas e dezenas de voluntários moradores da região. Várias pessoas e comerciantes doaram água e alimentos para aqueles que estavam combatendo o fogo.



Infelizmente em outubro ocorreram novos focos sucessivos de incêndio, atingindo áreas do PAEST. O total da área incendiada (1.123,66 ha) em 2019 foi superior aos maiores incêndios já ocorridos na Baixada.



Após 10 dias do término do incêndio a comunidade local organizou um evento simbólico de plantio de mudas de espécies de restinga na área queimada. O evento foi realizado no dia 21 de setembro "Dia da Árvore" e contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas. Além do plantio das mudas foram realizadas diferentes atividades como: exposição de painéis com as imagens do incêndio, piquenique, dança circular, atividades para as crianças, yoga. Durante o evento também foram aplicados questionários, por meio de entrevista entre os presentes, para entender a motivação da participação.

Os incêndios, bem como invasões e outras atividades irregulares marcam a forte pressão sofrida pela Unidade de Conservação, que representa relevância estratégica para a salvaguarda da qualidade da água de abastecimento da região metropolitana de Florianópolis e do Litoral Centro Sul catarinense. Além disso, a conservação dos ecossistemas inseridos no PAEST também é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades como a produção agrícola, a pesca e turismo. Trabalhos vinculados à cultura, história e natureza do lugar, fortalecendo a valorização da identidade local.



PLANO DE AÇÃO PARA A RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA DA BAIXADA DO MASSIAMBÚ

por: Grupo Técnico Científico de Apoio à Restauração Ecológica da Baixada do Massiambú
foto: divulgação IMA - SC

Os incêndios ocorridos neste ano na Baixada do Massiambú, levaram a criação, voluntária, do Grupo Técnico Científico de Apoio à Restauração Ecológica da Baixada do Massiambú. É constituído por instituições públicas, gestores, sociedade civil, moradores, pesquisadores, professores, estudantes universitários e comunidade Guarani do Morro dos Cavalos. O grupo conta com pesquisadores reconhecidos na área da botânica e restauração ambiental com longa experiência na área: Centro de Formação *Tataendy Rupá*, Herbário Barbosa Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Vale do Itajaí, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Instituto Çarakura, Instituto Tabuleiro, Fundação Mata Atlântica e Ecossistemas, Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Diante da relevância ecológica e social da Baixada do Massiambú e as ameaças e impactos que a atingem, o Grupo de Apoio Técnico Científico considerou de extrema importância a execução de um [Plano de Ação para a Restauração Ecológica da Baixada do Massiambu](#), de modo a unir os esforços pró-conservação oriundos de instituições públicas e da sociedade civil, de abrangências local e nacional, bem como de organizações internacionais, para a proteção e restauração da maior área protegida de restinga do Estado de Santa Catarina e sua biodiversidade inserida nos limites do Parque Estadual da Serra do tabuleiro (PAEST). As ações propostas neste Plano têm como objetivo a restauração do ambiente de restinga incendiada, principalmente em áreas do PAEST, como modo de ampliar a resiliência das espécies de fauna e flora, bem como proteger os rios e banhados, considerando os cenários futuros de mudanças climáticas com indicação de possíveis estiagens prolongadas como a que ocorreu no ano de 2019. A preservação destes ecossistemas concorre ainda para a melhoria da qualidade de vida e segurança alimentar para as populações que vivem na região. Além das propostas de restauração ecológica, monitoramento ambiental e erradicação de espécies exóticas invasoras, estão previstas ações de extensão e de comunicação. O Plano foi oficialmente lançado dia 13/12/2019, no Centro de Visitantes do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Palhoça, SC.

LAUDO ANTROPOLÓGICO DA RETOMADA MBYÁ DA PONTA DO ARADO: DESVELAMENTO DE YY JERÊ DE ALDEIAS ORIGINÁRIAS NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE

por: José Otávio Catafesto, UFRGS
fotos: Ana Barros Pinto

A Retomada Mbyá-Guarani da Ponta do Arado explicita a reversão do processo multissecular de desterritorialização sofrido pela criação e expansão urbana de Porto Alegre. Os ameríndios escapam ao etnocídio civilizado, superam o silêncio histórico a que foram submetidos para desfazerem mitos urbanos que escondem sobre a ocupação originária criando fábulas sobre sesmeiros portugueses e casais de açorianos.

A Ponta do Arado é chamada de Yy Jerê - praia de ocupação tradicional - que se transforma em marco na recuperação de acesso à orla do Guaíba, restituindo a vida lacustre destes povos. Dali as retomadas vão avançar em direção ao Lami, ao Morro do Coco, à itapuã e mais além.

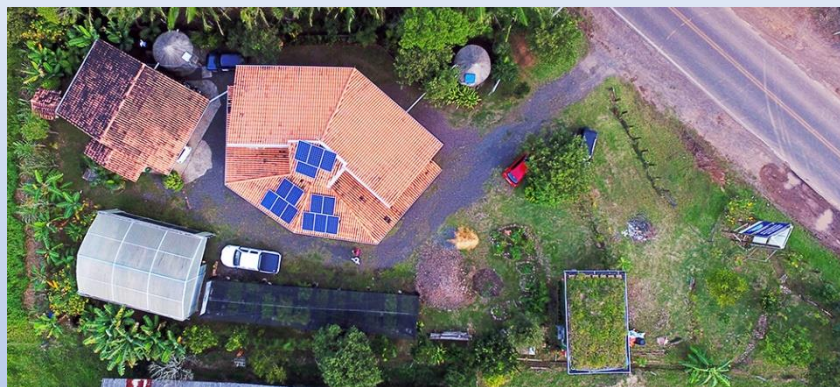
Porto Alegre recupera sua conformação originária na Zona Sul. Poucas mulheres, crianças, velhos, jovens e adultos enfrentam policiais armados que intimidam com tiros e ameaças verbais, nada enfraquecendo os desígnios espirituais que movem as retomadas mbyá.



A justiça Federal deve agora voltar sua atenção aos particulares responsáveis por tanta violência racial e discriminação étnica. Esta é uma das sugestões apontadas em nosso [relatório antropológico](#).

PROJETO TARAMANDAHY CONCLUI FASE III

Em novembro de 2019, o Projeto Taramandahy concluiu sua terceira etapa de ações pela gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Foram 24 meses de trabalho e cerca de 40 atividades que viabilizaram o monitoramento das águas, fortalecimento do Comitê de Bacia, sistemas agroflorestais, meliponicultura, agroecologia, educação ambiental e alimentar, tecnologias sociais e ecológicas, prevenção a desastres naturais e gestão ambiental Guarani. As ações estão em uma série de vídeos disponibilizados em nossas mídias sociais [aqui](#). Confira alguns [resultados e produtos no site](#).



O Projeto Taramandahy é realizado pela Ação Nascente Maquiné (ANAMA), contando com a parceria do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da Universidade Federal do RS (CECLIMAR/UFRGS) e Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí; apoio da Prefeitura de Maquiné, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maquiné, Fundação Estadual de Proteção Ambiental/FEPAM, Reservas Biológicas da Serra Geral e Mata Paludosa, e 11ª Coordenadoria Regional de Educação do RS. Sua realização foi possível graças ao patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental e Governo Federal.

por: Projeto Taramandahy

Neste período 2017-2019, as ações do Projeto Taramandahy Fase III nortearam os seguintes temas:



Educação ambiental, alimentar e nutricional

Comitê Tramandaí

Qualidade da água

Difusão do conhecimento

Tecnologias sociais e ecológicas

Povos Tradicionais Mbyá Guarani

Saúde da terra e agricultura familiar

Defesa Civil de Maquiné

Florestas e biodiversidade



Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, RS.



PARABÉNS E VIDA LONGA AO PROJETO TARAMANDAHY!

ABELHAS NATIVAS – MELIPONICULTURA



O PAN Lagoas do Sul, com a participação de seus articuladores, proporcionou a integração e sinergia entre diversas organizações e comunidades nesta temática. Através do projeto PANexus/UFRGS/CNPq foram realizadas oficinas de saboaria e meliponicultura no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (foto de capa) resultando na elaboração, pela InebriArte, do sabão artesanal com mel e cera de tubuna, uma espécie de abelha nativa sem ferrão. Atualmente a ANAMA desenvolve Projeto Meliponicultura: Manejo e Conservação de abelhas sem ferrão do Litoral Médio e Norte do Rio Grande do Sul (CPFL Renováveis/ /BNDES/SEMA-RS), manejando abelhas nativas como jataí, tubuna, mandaia, manduri, mirins e outras. Em dezembro a ANAMA realizou o módulo I do Curso de Meliponicultura em Mostardas/RS, na sede do Parque Nacional da Lagoa do Peixe/ICMBio que contou com a participação de agricultores, quilombolas, técnicos e comunidade em geral. A avaliação dos participantes foi positiva e todos saíram ansiosos pelo próximo módulo do curso!

A criação racional de abelhas nativas sem ferrão (meliponicultura) contribui na conservação destes importantes agentes polinizadores, colaborando de forma sustentável na manutenção e melhoria de sistemas agrícolas e florestais, além de servir como fonte alternativa de renda. Neste contexto, a ANAMA vem, desde 2010, promovendo atividades de desenvolvimento da meliponicultura, através da promoção de capacitações, eventos, implementação e apoio técnico a meliponários nos Biomas Pampa e Mata Atlântica.



por: Letícia Casarotto Troian, Juliane Salapata Duarte e Rafael Gehrke, ANAMA

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO CINE DEBATE

por: Joseane dos
Santos, Quilombo
Chácara da Cruz



O Cine Debate promovido no dia 07 de novembro, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), em Tapes, RS, realizou a apresentação do documentário Brasil DNA África seguida de debate. Os convidados João Amaral, jornalista e representante do Comitê do Povo de Terreiro e Babaloricha, Helenay Xavier, representante do Quilombo Chácara da Cruz e aluna do curso de Administração Agrícola (UERGS-Tapes) e presidente da Escola de Samba Apito de Ouro, Joseane Santos, representante do Quilombo Chácara da Cruz e aluna do curso de pós em Educação Sócioambiental da UERGS, e Wagner dos Santos, grupo Norte Sul

Capoeira contribuíram com a discussão de temas sobre racismo, religião, respeito e igualdade.



PARABÉNS AOS DEBATEDORES! PARABÉNS À ORGANIZAÇÃO!

NOVA EDIÇÃO DO JANTAR AFROTCHÊ

No dia 22 de novembro, a Associação da Festa da Oxum de Tapes (AFOT) realizou o Jantar Afrotchê. O jantar nasceu à 22 anos junto com o "santuário da oxum" em Tapes, RS. Esse santuário foi o Primeiro santuário de oxum no Rio Grande do Sul. O jantar é uma forma de divulgar a cultura africana e a miscigenação com a cultura gaúcha, onde muitas etnias arrancadas da África com o tempo se estabeleceram e trouxeram junto seus orixás criando aqui muitos terreiros de diversas nações africanas, levando também o conhecimento de como o povo negro teve influência nas nossas vidas.

O jantar foi realizado no Clube Aliança, o que também significa mais uma vitória pois, até a década de 90, não era permitida a entrada de negros, somente aqueles que iriam trabalhar e pelas portas dos fundos. Neste ano um grande público participou



do evento, reunindo cerca de 150 pessoas, e apresentando uma diversidade de comidas típicas de origem africana e gaúcha.

GUARDIÕES DA SOCIOBIODIVERSIDADE: SEMENTES CRIOULAS, FRUTAS NATIVAS E AGROFLORESTAS

por: Divulgação PGDR/UFRGS

No evento Guardiões da Sociobiodiversidade em Pelotas, nos dias 26 a 28 de novembro, houve a participação de cerca de 30 indígenas da Nação Guarani e cerca de 16 Kaingang da aldeia Guarita. Durante o evento os representantes desses povos participaram da II Feira de Sementes Crioulas na Alimentação e do painel "Governança territorial para a sociobiodiversidade". Participaram da construção da carta Guarani e carta Kaingang do evento. Este espaço contribuiu para a discussão de alguns contratempos sobre a participação dos Guarani na feira em espaços internos da Faculdade de Agronomia, bem como nos tempos entre o convite e a possibilidade de preparação para o evento. Estes pontos foram levados pelos Guarani para a plenária final do evento, quebrando protocolos de tempo. Durante 40 minutos de fala, agradeceram o espaço, chamaram atenção ao respeito aos modos de vida



Guarani, e colocaram que eles mesmos querem decidir como gostariam de participar, mencionando seus cantos, danças, e sua cultura. A palavra foi passada aos Kaingang que agradeceram a oportunidade do evento, referendaram a palavra dos Guarani e agradeceram ao Alberi Noronha, da Embrapa, por toda caminhada dentro da aldeia Guarita. Chamaram os Guarani para sentar e conversar da forma deles. Os Guarani finalizaram cantando. A finalização dos Kaingang teve o direcionamento de pedir uma foto com Alberi. As instituições foram sendo chamadas para a foto, ao mesmo tempo em que a plateia foi subindo até que todos estavam no palco. Foi quando os Kaingang cantaram e o seu canto se transformou em um hino compartilhado entre todos.

Mais um momento sagrado, vivido pela SBEE, como em Feira de Santana em 1996, Posey encerrou o evento com o grito Caiapó. Após esse momento, Alvorí Cristo, tomou a palavra e chamou as instituições para se manifestarem, chamando atenção para o avanço do processo em curso naquele momento. Prof Gabriela em nome das instituições agradeceu a fala Kaingang e Guarani, e como instituição parceira agradeceu o espaço concedido pela UFPEL. Pede desculpas aos indígenas pelas falhas, pois as instituições não tinham trabalhado juntas, algumas não tinham experiência de trabalho conjunto com indígena. Agradeceu aos indígenas, em nome de todos, a possibilidade da vivência e aprendizado daquele momento, o qual criará marcas em todos que viveram este momento! Por fim, apresentou a trajetória da SBEE, onde a interlocução com os indígenas começou com sua participação em eventos com cantos e danças, passando a uma etapa de integrarem a programação como palestrantes, além de passarem a participar como autores e co-autores de trabalhos. Ressaltou,

que este momento ali em curso estava provocando a uma mudança de paradigma, ao se apresentar a necessidade de considerar a participação indígena na concepção do evento, passando a integrar a comissão organizadora. Passado o momento institucional se passou à leitura da carta do evento que abrangeu várias destas questões, e que em breve estará disponível!!



SEMINÁRIO REGIONAL DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

texto: Raquel Pretto | edição: Joana Braun Bassi | fotos: SEMA - RS

No dia 03 de dezembro foi realizado em Porto Alegre o Seminário Regional de Espécies Exóticas Invasoras, em uma iniciativa de integração dos três estados da região sul do Brasil, pioneiros no Brasil no desenvolvimento de ações para controle e erradicação de espécies exóticas invasoras. Além dos órgãos governamentais, estiveram presentes especialistas, autoridades, estudantes e pesquisadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Promovido pela Sema, o seminário foi uma das ações do Programa Invasoras RS realizada em 2019, e contou com a coorganização do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A realização do evento só se tornou possível, porém, devido a uma rede de voluntários mobilizada exclusivamente para o evento, que foi organizado e efetivado em curto prazo e baixo custo.

Seminário Regional de
**Espécies
Exóticas
Invasoras**



Conjuntamente ao Seminário, foi realizado um concurso fotográfico com o objetivo de estimular a população a conhecer as espécies exóticas consideradas invasoras para o Rio Grande do Sul (Portaria SEMA n.º 79/2013) e reunir um banco de imagens para serem utilizadas em materiais e divulgação pelo [Programa Invasoras RS](#).

O grande número de participantes reforça a importância do tema, considerado uma das ameaças à biodiversidade em função principalmente da competição que as espécies exóticas invasoras exercem sobre os ecossistemas nativos. O seminário teve por objetivo divulgar algumas das ações realizadas pelos órgãos ambientais dos três estados, de outras instituições e também da academia a fim de, além de compartilhar destas iniciativas, possibilitar a integração de esforços entre diferentes atores. “O tema é reconhecido como um dos maiores desafios para conservação da biodiversidade no planeta. Para enfrentar esse problema, é preciso evitar restringir o nosso olhar para as ações locais pontuais e expandir essa atuação em termos regionais”, explica o analista ambiental Dennis Patrocínio, coordenador do Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras (Invasoras RS) e também articulador de ação sobre o Plano de Controle do Javali, no PAN Lagoas do Sul. Veja mais detalhes do seminário na [matéria divulgada no site da SEMA](#).

ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO NO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE

por: Lisandro Signori, PNLP/ICMBio

Na data de 04 de dezembro de 2019, ocorreu na Câmara de Vereadores de Tavares, a cerimônia de assinatura do Termo de Compromisso entre o ICMBio e a Colônia de Pesca Z11.



O Termo de Compromisso é um instrumento de gestão previsto na legislação, que neste caso objetiva dar segurança jurídica aos pescadores tradicionais bem como estabelecer regras para o acesso, uso e manejo dos recursos pesqueiros no interior do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, buscando compatibilizar o uso destes recursos com os objetivos de criação da Unidade de Conservação.

As regras do Termo foram debatidas e aprovadas em uma série de reuniões ocorridas entre representantes do ICMBio e pescadores, nos meses de julho, setembro e outubro. Para facilitar o acesso dos pescadores, as reuniões ocorreram nos balneários de Mostardas e Tavares, bem como na zona urbana de Tavares com um total de 315 participantes registrados nas listas de presença. Também houve apreciação do tema pelo Conselho Consultivo do Parque, em reunião ocorrida no dia 17/10/2019.



Associado ao Termo de Compromisso já vem ocorrendo ações de monitoramento em parceria com pescadores cadastrados do Parque, principalmente relacionado a abertura da safra do camarão-rosa na Lagoa do Peixe. Sendo realizado de forma participativa, o monitoramento dará mais subsídio para as tomadas de decisão relacionadas à atividade pesqueira nos limites do Parque.

A gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe espera estar contribuindo na solução deste conflito, iniciando uma relação de parceria com os pescadores e melhorando a relação com a comunidade em observância da missão institucional do ICMBio, que é: "Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental".

A equipe do Parque agradece todos os envolvidos no processo de construção do Termo de Compromisso pelo apoio e participação neste trabalho.

PARQUE ESTADUAL DE ITAPUÃ, PAN LAGOAS DO SUL E A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES EM PROL DA SOCIOBIODIVERSIDADE

por: Joana Bassi, SEMA-RS

O Parque Estadual de Itapuã (PEI) tem realizado, nos últimos anos, diversas ações de conservação com a perspectiva de inclusão social, ampliando a participação comunitária na Unidade de Conservação e promovendo possibilidades potenciais de geração de renda a partir do uso ecologicamente orientado de espécies nativas, com foco na sociobiodiversidade.

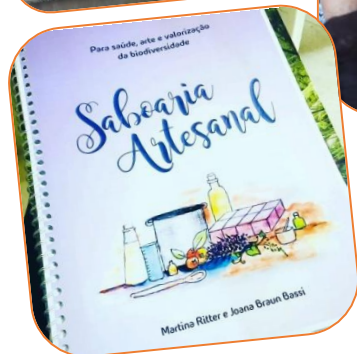
Neste sentido, no último 05 de dezembro, ocorreu no PEI a oficina de saboaria artesanal com o uso de espécies nativas da Mata Atlântica, a partir de uma parceria entre o Parque (SEMA) e o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Projeto PANexus: *conservação da sociobiodiversidade para segurança hídrica, energética e alimentar* (CNPq). Este projeto atua como um dos braços executivos do Plano de Ação Nacional de Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul), do qual a SEMA é um dos executores, inclusive com ações no âmbito do Parque.



A oficina foi conduzida pela analista ambiental e representante da SEMA no PAN Lagoas do Sul, Joana Braun Bassi, em parceria com a bióloga Letícia Troian, e contou com a participação de 12 mulheres da comunidade de Itapuã e funcionários do Parque. O objetivo da oficina foi proporcionar um aprendizado coletivo sobre a saboaria artesanal a partir da saponificação de óleos e gorduras localmente disponíveis, puros ou reutilizados, para produção de sabonetes e sabões

com o uso de espécies nativas da região com propriedades bioativas, como pitanga (*Eugenia uniflora*), bertalha (*Anredera cordifolia*), erva baleeira (*Varronia curassavica*), macela (*Achyrocline satureioides*) e ora pro nobis (*Pereskia aculeata*). Também objetivou incentivar a geração de novas possibilidades econômicas para as mulheres da comunidade, a partir de um método de saboaria que garante a produção de sabonetes genuínos, biodegradáveis e de qualidade única, valorizando espécies localmente disponíveis.

O Pan Lagoas do Sul é um planejamento estratégico voltado para espécies ameaçadas da planície costeira e promoção dos modos de vida tradicionais, sob coordenação do ICMBio. Sua integração com o projeto PANexus é uma iniciativa piloto de articulação entre conservação de espécies e ambientes e segurança alimentar, nutricional, energética e hídrica de comunidades que praticam modos de vida próprios da planície costeira do sul do Brasil. Trata-se de uma experiência de integração em rede, com participação ativa da SEMA, que aposta no enfoque territorial e objetiva fortalecer a governança da sociobiodiversidade em áreas de Mata Atlântica do RS.



CONHEÇA O PAN LAGOAS DO SUL

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



Mande Notícias!



O objetivo do Boletim Lagoando é divulgar as ações do PAN Lagoas do Sul, a partir de matérias escritas pelos próprios articuladores e colaboradores do PAN, bem como promover a articulação dos diversos atores e das ações com outras pessoas, instituições e projetos com interesses afins. Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Participe você também!

👉 Os arquivos com as notícias – **notas de até três parágrafos (máximo de 1800 caracteres, com espaço), escritos de forma clara e objetiva, acompanhadas de foto e da autoria do texto** – deverão ser enviados prontos para a publicação, pois não será realizada revisão, diagramação ou editoração das notas e fotos por parte da equipe de coordenação do PAN. Para encaminhar sua notícia para a divulgação nas próximas edições, envie o e-mail para: panlagoas@gmail.com. Teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Boletim Lagoando: edição número 05
Dezembro / 2019

Edição e diagramação:
Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição: Membros do GAT,
articuladores e colaboradores do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul

Endereço: Av. Carlos Ely Castro, 195
Cep 88301-445 – Itajaí – SC
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

Contatos: Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br
Site: [PAN Lagoas do Sul](#) YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](#)





Lagoando

Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul
Boletim 06 – Abril de 2020



Foto (aldeia Mbya Guarani Guadjayvi):
Fernando Kluwe Dias

ROTA DOS BUTIAZAIS NA ALDEIA GUADJAYVI MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS/RS

por: Márcia Londero
fotos: Fernando Kluwe Dias

Especificamente responsável pela ação de nº 3.26 - *Fomentar ações de reposição florestal e agroflorestal em áreas indígenas que necessitem de restauração ambiental*, a Divisão Indígena da Secretário da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) do Rio Grande do Sul trouxe uma ação da Rota dos Butiazaís para dentro da aldeia Mbya Guarani Guadjayvi. Como uma ação pioneira de recuperação e plantio de 400 mudas desta espécie ameaçada em aldeia indígena, realizada ao final de 2019, com a parceria da SEMA, EMATER, EMBRAPA e empresa de Celulose Riograndense, foi muito bem recebida pela comunidade indígena, que participou ativamente de todas as etapas, desde o planejamento, retirada das mudas e plantio na aldeia.



O Conselho Estadual dos Povos Indígenas coordena algumas ações vinculadas ao PAN Lagoas do Sul, que tem como um de seus objetivos, fomentar ações que promovam o modo de vida tradicional das comunidades indígenas, possibilitando o aprimoramento das ações e políticas públicas voltadas a esta população através do diálogo com as comunidades indígenas. Assim, surge a parceria com o Projeto Rota dos Butiazaís, coordenado pela Embrapa como uma rede que articula conhecimentos populares e científicos com a oferta de serviços ecossistêmicos e geração de renda.

UNISUL PROMOVE SEMINÁRIO SOBRE A LAGOA DE IMARUÍ (SC) NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) promoveu no dia 15 de fevereiro um Seminário para apresentar os resultados do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (PROESDE) na Câmara Municipal de Vereadores de Imaruí-SC. O evento teve como temática as "Práticas Inovadoras em Desenvolvimento Regional". Estiveram presentes no evento, professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Ciências Ambientais, PPG Administração e PPG Educação da UNISUL, bem como moradores, membros da aldeia indígena Tekoá Marangatu e autoridades do Município de Imaruí.

O evento teve como objetivo auxiliar na conscientização da população Imaruiense sobre a importância da conservação dos recursos hídricos e pesqueiros da região, assim como também a priorização de áreas para conservação e o engajamento socioambiental. O evento ainda contou com palestras sobre "Os desafios de pesquisa para promover a resiliência sociológica em cidades declinantes", "Empreendedorismo e Inovação" e "Desafios para a Educação em Imaruí".



O evento alertou para os riscos de contaminação dos mananciais hídricos e encaminhou ideias de projetos e parcerias entre universidade e poder público municipal para a Lagoa de Imaruí. Entre os temas a serem abordados em ações futuras, podem ser destacados: cultivo de arroz orgânico, conservação dos recursos hídricos e pesqueiros e aproveitamento de materiais indevidamente descartados na orla da lagoa.

por: Rodrigo de Freitas
foto: divulgação UNISUL

VOLUNTARIADO DE VERÃO NO REVIS ILHA DOS LOBOS

Nesse verão, a equipe do Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos somada a uma equipe de oito voluntários realizou duas ações do Programa de Voluntariado nas praias de Torres/RS e Passo de Torres/SC. O Programa tem como propósito promover o engajamento da sociedade pela conservação por meio de ação voluntária.

As atividades se concentraram em uma tenda que levou curiosidades sobre a biodiversidade da Ilha dos Lobos, painéis sobre a importância da conservação do ambiente marinho-costeiro, materiais informativos, animais empalhados, assim como atividades lúdicas. Percorreu-se cinco praias distribuídas nos dois municípios do entorno do Revis Ilha dos Lobos, durante duas semanas.



Aline Kellermann, gestora da UC, destaca que esta foi a primeira ação direcionada aos turistas e, portanto, aproveitou-se a oportunidade para realizar uma pesquisa de percepção ambiental com este público. Constatou-se que pouco mais de um terço do público reconhecia o conceito de unidade de conservação antes do contato com a atividade, ao passo que 65% ainda não sabia que a gestão estava a cargo do ICMBio. Em relação à biodiversidade, metade sabia da ocorrência de pinípedes (lobos e leões-marinhos) nas praias, entretanto, somente 14% tinha conhecimento sobre como agir em caso de encontro com

os animais. Estas atividades, além de serem uma oportunidade de podermos conversar sobre conservação com o público em geral, também nos auxiliam a direcionar o foco das futuras ações.

Estima-se que ao longo da ação, passaram pelo espaço cerca de mil pessoas, vindas de 76 municípios do Rio Grande do Sul, de 9 Estados diferentes e outros 3 países. A ação teve apoio do Programa de Voluntariado do ICMBio e do Projeto Gefmar.

por: Revis Ilha dos Lobos/ICMBio



LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO DO PARQUE ESTADUAL DO CAMAQUÃ É INICIADO

por: Leonardo Urruth
foto: Rogério Melo

O Parque Estadual do Camaquã (PEC) é uma unidade de conservação de proteção integral localizada no Bioma Pampa, na região que compreende o encontro do Rio Camaquã com a Laguna dos Patos. O parque se estende por aproximadamente 7.992,50 hectares, e foi criado através do Decreto n. 23.798/1975. Ainda que tenha sido criado na década de 1970, apenas nos últimos anos as ações de implementação da unidade têm se intensificado. E, considerando que o Parque do Camaquã abriga importantes remanescentes de ecossistemas naturais da planície costeira do sul do Brasil, como matas ripárias, banhados, campos litorâneos, vegetação de restinga, e faixas de praia da Laguna dos Patos, sua implementação é parte das ações previstas do PAN Lagoas do Sul (Ação 1.9). Então, no recente dia 03 de março foi efetivamente iniciada uma etapa fundamental da implementação da unidade com o primeiro trabalho de campo da empresa de consultoria contratada para a realização do levantamento fundiário do parque.

O levantamento fundiário do parque incluirá o mapeamento da unidade de conservação e da região do entorno, distante até 10 km dos seus limites. O serviço também incluirá a identificação de todos eventuais proprietários de terras dentro da unidade, bem como será realizado um levantamento de informações socioeconômicas da população da Ilha Santo Antônio, situada no Delta do Camaquã, dentro do parque. A intenção é obter um conjunto de informações que subsidiem as tomadas de decisão sobre a implantação da unidade de conservação.



Equipe de guardas-parque do PEC e técnicos da empresa de consultoria.

GAROPABA VIVA

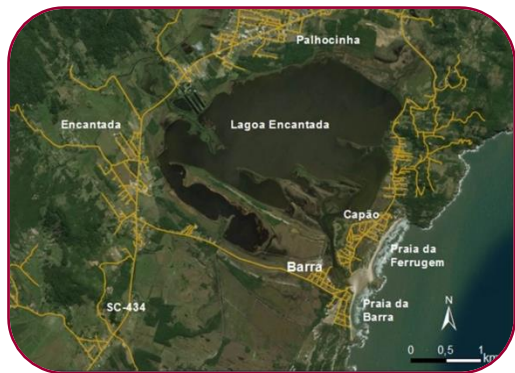
O movimento "Garopaba Viva" iniciou com a mobilização em prol da Lagoa da Encantada em 2017, devido ao projeto de despejo de efluentes de esgoto do centro nesse ecossistema. Mais de mil pessoas participaram do "Abraço na Lagoa", contra o projeto do município. Técnicos argumentaram que, por mais que fossem tratados os efluentes, permaneceriam impactos evidentes. Uma proposta de saneamento descentralizado foi elaborada pelo grupo "Minha Garopaba" e outras entidades parceiras, associando ETEs a zonas de raízes (wetlands) para o centro e outros bairros.

O Ministério Público Federal recomendou que a proposta fosse considerada pelos órgãos responsáveis. A Lagoa de exuberante beleza cênica é importante para a economia local e para a atividade turística da região. No seu entorno existem cinco comunidades, cerca de 25% da população, sendo 1.332 pescadores profissionais artesanais cadastrados no Registro Geral de Pesca (RGP) (CAPELESSO, 2010).

O grupo segue estudando a situação das microbacias do município com o objetivo de identificar irregularidades e sugerir ações para a manutenção desses ecossistemas. Reuniões comunitárias tem sido realizadas para dialogar também sobre a importância da preservação das áreas de banhados que garantem a força das nascentes nos morros. Por meio de uma maquete, o pescador artesanal Everton David, liderança da Associação Comunitária da Encantada, simula a dinâmica das águas nas microbacias e os efeitos negativos de drenagens, aterros e retificações de rios no fornecimento de água para as comunidades e para os ecossistemas locais. A participação da comunidade é muito importante porque nem sempre as decisões do setor público atendem os reais anseios da sociedade pela conservação ambiental.



Modelo de tratamento com zona de raízes.



por: Sergio Leite Guimarães Pinheiro e Fabiana Jacomel
fotos: arquivo Garopaba Viva

RESERVAS MUNDIAIS DO SURFE: O RECONHECIMENTO DO VALOR DAS ONDAS E SUA PROTEÇÃO

por: Marcos Aurélio Gungel (Kito)



A Austrália foi palco de dois eventos com foco na promoção do reconhecimento do valor das ondas e sua proteção. Entre os dias 10 e 14 de fevereiro, foi realizada a 6ª Conferência Global das Ondas 2020 e entre os dias 18 a 23 aconteceu a Celebração de Dedicção Oficial de Noosa Heads como a 10ª Reserva Mundial de Surf, em Gold Coast. Os eventos foram organizados pela 8ª Reserva Mundial de Surf Gold Coast em parceria com a Save The Waves Coalition (STW), Surfrider Foundation Internacional, Wild Coast e Surfers Against Sewage.

O evento reuniu atores envolvidos com surfe, conservação e inovação para dialogar sobre o enfrentamento dos problemas oceânicos. Participaram cerca de 400 delegados representando 19 países. Os conferencistas brasileiros realizaram apresentações incluindo os seguintes temas: Mudanças Climáticas no Hemisfério Sul, Tamanho das Ondas Conforme a Direção dos Ventos, Leis de Proteção das Ondas Considerando o Planejamento do Espaço Marinho, Surfistas Defendendo Áreas Protegidas no Brasil – Programa Nacional das Reservas de Surf, A Importância da Análise da Surfabilidade e do Envolvimento do Surfista como parte Interessada para Futuras Intervenções de Gerenciamento Costeiro.



Marcos "Kito" Gungel, presidente do Comitê Gestor Local apresentando os projetos da RMS da Guarda do Embaú (foto: acervo 9ª RMS).

A participação da 9ª Reserva Mundial de Surfe (RMS) da Guarda do Embaú (SC) permitiu levar a experiência e o planejamento estratégico de seu Comitê Gestor, bem como, apresentar os resultados dos projetos mais importantes realizados até o momento. Entre eles, a pesquisa Surfonomics estimou a presença na praia da Guarda do Embaú de cerca de 3.856 surfistas durante o ano de 2018, deixando na localidade 61 dólares por pessoa por dia, contribuindo com 4,2 milhões de dólares ao ano; o relatório da análise da água realizada em nove pontos do Rio da Madre em 2019, que continuará em 2020, agora em doze pontos; e a realização de oficinas em busca de um modelo ideal de tratamento de esgoto para a Guarda do Embaú. Apesar de recente, o modelo de gerenciamento da RMS da Guarda tem sido considerado como exemplo e também está inspirando a criação do Programa Nacional no Brasil, que atualmente existe apenas na Austrália.

Cada RMS tem uma característica e um modelo de atuação para proteger seu espaço, portanto, são modelos diferentes de gerenciamento em prol de um mesmo objetivo. A conexão direta com a rede de Reservas Mundiais de Surfe proporcionou um excelente momento de interação entre pessoas e instituições que buscam promover a proteção da zona costeira, das ondas e do planeta. Para Nik Strong, diretor Executivo da STW, "as Reservas Mundiais de Surfe são uma ferramenta importante, pois ajudam a estender essa mensagem de conservação à outras comunidades de surfe ao redor do mundo".



Foz do Rio da Madre, praia da Guarda do Embaú, SC (foto: Shantala Ribeiro).

INÍCIO DO PROJETO “MA'ETY, MBARAETE NHEMBOGUATA TEKÓÁ MBYA KUERY”

por: Rafaela Biehl Printes
fotos: Acervo Associação Comunitária Recanto da Folha

Está em andamento o projeto “Ma'ety, mbaraete nhemboguata tekoá Mbya kuery - Agricultura biodinâmica como pedagogia do fazer com sentido nas comunidades Mbya Guarani”, executado nas aldeias tekoá Guapoy e tekoá Tava'i, localizadas nos municípios de Barra do Ribeiro e Cristal. O projeto é coordenado pela Associação Comunitária Recanto da Folha: espaço cultura da terra e biodinâmica, em parceria com o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, unidade em Tapes (NEA/UERGS-Tapes) e apoio de instituições como Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, prefeituras municipais e Instituto Mahle.

O objetivo geral é realizar ações voltadas à agricultura biodinâmica e restauração ecológica com sistemas agroflorestais, em diálogo com agricultura originária, para recuperar o solo e fornecer espécies nativas, conquistando a soberania e segurança alimentar e nutricional nas comunidades. Na execução foram construídas coletivamente duas hortas circulares, que servirão como banco de sementes originárias e de ervas da medicina tradicional, socializadas nas roças e quintais das famílias nas aldeias. Oficinas interculturais sobre PANCs estão sendo realizadas, estimulando o uso na alimentação e problemáticas relacionadas a enfermidades dos animais domésticos, como cães. A elaboração de um plano intercultural de gestão de resíduos compõe as atividades, iniciado com a instalação de uma central de triagem de resíduos nas aldeias para estimular o debate e planejamento.



O vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=BQp5g-GSpoU> apresenta o projeto, que contribui para ação 2.20 do PAN Lagoas do Sul: aumentar a autonomia das comunidades, contribuir com ações de gestão ambiental e enriquecimento da biodiversidade com abordagem intercultural.

OFICINAS DE SABOARIA ARTESANAL COM USO DE ESPÉCIES NATIVAS NO TERRITÓRIO PAN LAGOAS DO SUL

Por: Joana Bassi, Letícia Troian e Márcia Londero

Entre os meses de outubro de 2019 e março de 2020, vem sendo desenvolvidas diversas oficinas de saboaria artesanal com uso de espécies da flora nativa na área de abrangência do PAN Lagoas do Sul, através da articulação entre Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Projeto PANexus: conservação da sociobiodiversidade para segurança hídrica, energética e alimentar (CNPq) e a SEMA/RS.

As oficinas, que totalizam 12 (doze) até o momento, com participação aproximada de 190 pessoas, têm envolvido comunidades rurais e urbanas de variadas regiões e coletivos, compreendendo a participação de entidades articuladas de agroecologia do RS e SC (como Rede Ecovida, CETAP e RAMA), moradores do entorno de Unidades de Conservação (Parque Estadual de Itapuã e Reserva Biológica do Lami), população em situação de rua de Porto Alegre (Associação Beneficente Ilê Mulher, de Porto Alegre), entidades e pessoas articuladas junto à Rota dos Butiazais, à UERGS além da participação de mulheres indígenas das etnias Mbyá-Guarani e Kaingang. Há a perspectiva para, este ano, ainda, em envolver comunidades quilombolas, como o quilombo Chácara da Cuz (em Tapes) e o Quilombo dos Machado (Porto Alegre).



As oficinas tem proporcionado um aprendizado coletivo e muitas vezes um resgate dos saberes das próprias famílias, sobre a saboaria artesanal a partir da saponificação de óleos e gorduras localmente disponíveis, puros ou reutilizados, para produção de sabonetes e sabões agregando o uso de espécies nativas do território PAN Lagoas, com as vantagens das propriedades bioativas, como pitanga (*Eugenia uniflora*), bertalha (*Anredera cordifolia*), ora pro nobis (*Pereskia aculeata*) erva baleeira (*Varronia curassavica*,

macela (*Achyrocline satureioides*), aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*), além de polpas de espécies nativas comercializadas pela Cadeia Solidária das Frutas Nativas, como butiá (*Butia* sp.), juçara (*Euterpe edulis*) e araçá (*Psidium cattleianum*).

As oficinas também têm o objetivo de incentivar a geração de novas possibilidades econômicas para as comunidades, em especial mulheres, a partir de um método de saboaria que garante a produção de sabonetes genuínos, biodegradáveis e de qualidade única, valorizando o resgate de saberes tradicionais e o uso de espécies nativas e medicinais localmente disponíveis.



LAGOA DE IBIRAQUERA: CONHECENDO PARA PRESERVAR

Para o ano de 2020 dá-se sequência às atividades em sintonia com a ação 2.33 do PAN lagoas do Sul, que é: "Apoiar e participar da articulação comunitária em favor da qualidade ambiental, saneamento e ordenamento da ocupação no entorno da Lagoa de Ibiraquera". Neste panorama estão em execução dois projetos de pesquisa em colaboração com o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Câmpus Garopaba, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Conselho Comunitário de Ibiraquera (CCI). O primeiro constitui um projeto de pesquisa no curso de Mestrado Profissional em Clima e Ambiente do

IFSC (multi campi Itajaí – Florianópolis- Garopaba) com o título "Caracterização sazonal da qualidade da água da Lagoa de Ibiraquera, SC", desenvolvida pelo mestrando Arthur Daniel Valente Sobral. O outro projeto de pesquisa embasa um trabalho de conclusão de curso de Gestão Ambiental do IFSC -Garopaba com o título "Potabilidade das águas subterrâneas captadas por poços semi-artesianos no entorno da Lagoa de Ibiraquera, SC" desenvolvida pelo acadêmico Fernando Sparrenberger, ambos orientados pelo biólogo professor Dr. Eduardo Cargnin Ferreira. Os resultados destas pesquisas subsidiarão medidas sanitárias importantes para sustentabilidade ambiental local.



Amostragem das águas da Lagoa de Ibiraquera (fotos: Arthur Sobral)



foto: acervo Prefeitura de Imbituba

A temporada de verão obrigou a antecipar algumas proposições desenvolvidas durante as discussões de revisão do PD – Plano Diretor do Município de Imbituba, que se transformaram em medidas concretas pela Prefeitura Municipal para retirar os carros da praia. A primeira atitude foi promover o fechamento da passagem entre a comunidade da Barra de Ibiraquera e Ibiraquera pela praia e beira da lagoa, já na semana que antecedeu os feriados de carnaval.



Insegurança para os banhistas na Barra de Ibiraquera (foto: Ivan Floter)

A reunião entre a comunidade, representada pelo Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, com o Prefeito de Imbituba, secretários municipais e representantes da APA da Baleia Franca, foi realizada em meados de fevereiro deste ano. Na ocasião, também ficou acertada a criação de um Grupo de Trabalho com ampla participação da comunidade para estudar, caso a caso, as praias do Município, com criação de bolsões de estacionamento e outras medidas que efetivem a total retirada dos carros da orla, conforme orienta a Lei Federal 7661/88 e o Decreto 5300/04.

GESTÃO DE ABERTURA DA BARRA DE IBIRAQUERA

por: APA da Baleia Franca

O manejo de abertura da barra da lagoa de Ibiraquera para o mar faz parte da tradição dos pescadores artesanais que ali se instalaram ainda antes dos anos 1960. Tal manejo era exercido sob a coordenação das lideranças pesqueiras com tradição e conhecimento local. A expansão urbana do município de Imbituba, somada às demandas do setor de turismo, trouxe várias alterações ao ecossistema e ao modo de vida da população tradicional ali instalada. Atualmente, é grande o número de moradores, pousadas, estradas e vias públicas ao redor de todo o complexo lagunar.



Canal da Barra de Ibiraquera (foto: Débora Soster)

Os pescadores em geral defendem a barra aberta nos períodos de entrada de larvas de camarão, em setembro, e de cardumes de tainhas e outros peixes em maio, para dessa forma garantir suas atividades de pesca na lagoa. Veranistas, alguns empresários do turismo e parte dos moradores exigem que as aberturas devem ser feitas nos períodos de chuvas intensas, ou no verão, para evitar alagamentos, garantir o bom funcionamento das fossas das casas ou como atrativo turístico. Nos últimos anos, a abertura da barra vinha sendo realizada pela Prefeitura Municipal de Imbituba, ora por solicitação dos pescadores, ora por solicitação de moradores, veranistas e pousadeiros.

Para equilibrar tais interesses, e amparado pela legislação que assegura os direitos das populações tradicionais, foi instituído um processo de negociação social que estabeleceu critérios e criou o comitê de abertura da barra, que se reúne periodicamente para avaliar se os critérios estabelecidos estão presentes e para planejar a abertura artificial da barra em cada ano.

Atualmente, devido à intensificação dos conflitos, o comitê têm tido sua legitimidade contestada, inclusive com ações na justiça. Neste sentido, e para que possamos fortalecer o comitê e valorizar o conhecimento tradicional, a APA da Baleia Franca instalou um marco geodésico na barra de Ibiraquera, em 9 de março último. A instalação deste equipamento permite aferir o nível da lagoa com precisão em relação ao nível do mar, que é fornecido pelo marégrafo de Imbituba e, dessa forma, poder acompanhar qual o momento mais adequado a realização da abertura da lagoa.

A cota mínima tradicionalmente proposta pelos pescadores está aproximadamente 1,3 metros acima do nível médio dos mares, o que parece ser uma cota adequada a realização da abertura da barra, já que as marés neste setor da costa brasileira variam até 0,7m em relação as marés astronômicas; somadas às marés meteorológicas, podem chegar a 1,4m facilmente, o que parece demonstrar que o saber tradicional vai de encontro ao que se pode esperar de um nível mínimo para a abertura da barra.

Outra demanda controversa e importante que têm sido solicitada pela sociedade é a necessidade de acompanhamento do eventual assoreamento da lagoa na região da barra, por causa da abertura artificial em um ou outro local da praia. Para esta demanda estamos em busca de parceria com universidades para elaboração de projeto de acompanhamento da dinâmica de sedimentos na barra..



Instalação do marco geodésico (foto: APABF)

REDE DAS ÁREAS PROTEGIDAS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL – RAPLN/RS

texto e imagens: RAPLN/RS

Na data do dia 10 de março, representantes das áreas protegidas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RAPLN/RS), se reuniram para sua primeira Reunião Ordinária do ano de serviço de 2020. A reunião foi realizada na Aldeia Indígena Mbyá Guarani do Campo Bonito, localizada em área rural do município de Torres - RS, acesso principal no KM 07 da Rodovia Federal BR/101.

Na ocasião, os presentes foram recebidos para uma programação com horário especial, que contou com Trilha "Tapeporã" até a nascente das Águas Claras, guiada pelos alunos e pela professora da escola indígena da aldeia, no período da manhã, almoço coletivo na Aldeia e Reunião da RAPLN no período da tarde.

Entre os assuntos tratados foram: aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2019, realizada no dia 10/12/2019, apresentação da Aldeia pelo Cacique Mário e Rafael Frizzo, políticas e instrumento de gestão do território da RAPLN, manejo de exóticas e conservação da biodiversidade na Aldeia e assuntos gerais.

Conheça a RAPLN /RS e acompanhe suas atuação pelas nas redes sociais: [@raplrs](https://www.instagram.com/raplrs) [f](https://www.facebook.com/raplrs) [ig](https://www.instagram.com/raplrs)

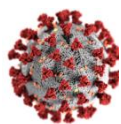


 1ª Reunião Ordinária de 2020 da RAPLN/RS

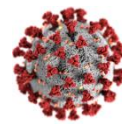
 Representantes da RAPLN se reúnem com índios Mbya Guarani, da aldeia Campo Bonito (Torres/RS)

 Trilha "Tapeporã" até a nascente das Águas Claras, guiada pelo Cacique Mário;

 Trilha "Tapeporã" até a nascente das Águas Claras, guiada pelo Cacique Mário;



CAMPANHAS EM PROL DAS COMUNIDADES PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID - 19



As solicitações de apoio às campanhas aqui indicadas são de responsabilidade das instituições proponentes.

Os povos e as comunidades tradicionais, como pescadoras e pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas e indígenas, em geral são trabalhadores informais e que vivem em condições mais vulneráveis, com pouco acesso a informação e ao saneamento básico, sem renda garantida e muitas vezes distantes das unidades básicas de saúde. Devido a complexidade dos riscos e possíveis impactos causados pelo Covid-19 no modo de vida destas comunidades, o PAN Lagoas do Sul compactuará na divulgação de ações que visem apoiar suas necessidades para o enfrentamento deste período.

Contribua você também, doe ou divulgue as campanhas que cheguem até você!

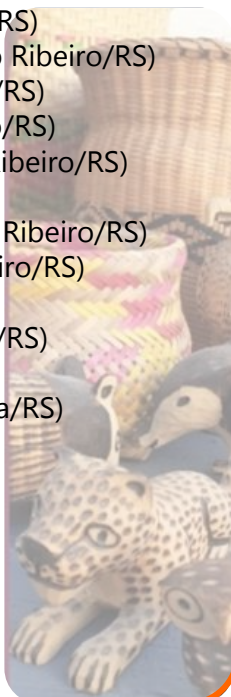
Aldeias Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul

O Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá-Guarani BR 116/RS está mobilizando uma campanha para dar apoio a 13 aldeias. Para doações em dinheiro, **as informações das contas, para depósito, de cada aldeia está no fim do vídeo → [Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá-Guarani da BR-116/RS I Campanha 2020.](#)**

Comunidades atendidas:

Aldeia Água Grande (Camaquã/RS)
Aldeia Coxilha da Cruz (Barra do Ribeiro/RS)
Aldeia Guajay'Vi Poty (Canguçu/RS)
Aldeia Guapoy (Barra do Ribeiro/RS)
Aldeia Ka'Aguy Porã (Barra do Ribeiro/RS)
Aldeia Pacheca (Camaquã/RS)
Aldeia Flor do Campo (Barra do Ribeiro/RS)
Aldeia Tapé Porã (Barra do Ribeiro/RS)
Aldeia Tava'i (Cristal/RS)
Aldeia Mirim (Mariana Pimentel/RS)
Aldeia Tenondé (Camaquã/RS)
Aldeia Yvy Poty (Barra do Ribeira/RS)
Aldeia Yvy'ã Poty (Camaquã/RS)

Qualquer dúvida, entre em contato através da página no Facebook: [Programa de Apoio às Comunidades Mbyá-Guarani BR 116/RS](#)



Frente Indígena de Prevenção e Combate ao COVID-19 em Terras Indígenas da Região Sul

É crescente a preocupação referente à situação de especial vulnerabilidade dos Povos Indígenas Guarani, Kaingang e Laklãnõ/Xokleng da região sul do Brasil neste momento em que a pandemia do Coronavírus está se aproximando cada vez mais das aldeias indígenas.

Para contribuir com doações financeiras acesse: [Frente Indígena de Prevenção e Combate ao COVID-19](#)

***Doações de cestas básicas ou alimentos não perecíveis, materiais de higiene e limpeza em Santa Catarina**, basta encaminhar para alguma das seguintes bases da SESAÍ ou FUNAI:

Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAÍ):
São José – Rua Cap. Pedro Leite, 530, Barreiros
(48) 3049-8521

Araquari – (47) 3447-1443
Chapecó – Rua Curitiba, 465, Santa Maria
(49) 3323-3022

Ipuaçu – Rua Pagnocelli, 358, Centro
(49) 3449-0552

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
São José – Rua Joaquim Vaz, 1322, Campinas
(48) 3244-0469
Chapecó – Rua Mal. Mascarenhas de Moraes,
Parque das Palmeiras. (49) 3322-0024
José Boiteux – Rua Primeiro de Maio, 51, Centro
(47) 3352-7352

*Os produtos doados serão higienizados pela SESAÍ antes de seguirem para as comunidades.

Para obter maiores informações sobre a campanha em prol dos indígenas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acesse as informações da [Frente Indígena e Indigenista de Prevenção e Combate do Coronavírus \(Covid-19\) em Terras Indígenas da Região Sul Do Brasil.](#)

Campanha pelos Pescadores Artesanais de Torres - RS

Responsável:
Projeto Pesca



projetopesca_gemars

AÇÃO DE REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO COVID-19

A pandemia do COVID-19 está fechando comércios e reduzindo a circulação de pessoas nas ruas.

Isso afeta diretamente os pescadores artesanais que dependem da venda diária do pescado para o seu sustento.

Para minimizar o impacto socioeconômico sobre essas famílias, criamos uma rede de contatos para possibilitar a venda direta dos pescadores aos consumidores.

Caso tenhas interesse, escreva para (51) 991006015.

**TELE-ENTREGA DA PESCA ARTESANAL
AJUDANDO FAMÍLIAS,
FORTALECENDO CULTURAS!**



Frente Quilombola do Rio Grande do Sul

Diante da pandemia do COVID-19, as comunidades quilombolas urbanas, aldeias, população em situação de rua e centros de referência afro-indígenas de Porto Alegre/RS solicitam seu apoio! Nesse momento de isolamento social, a maior parte dessas famílias estão impedidas ou limitadas em sua capacidade de renda e sustentabilidade, já que muitos e muitas compõem o setor da economia informal e de pequenos negócios. Entre comunidades quilombolas e indígenas, somos 1.500 famílias, contemplando territórios em toda a cidade de Porto Alegre. Já a população em situação de rua é estimada em 4.000 pessoas! Estamos arrecadando fundos para a aquisição de cestas básicas com alimentos- produtos de limpeza- e itens de higiene pessoal.

Contas para depósito:

Caixa Econômica Federal (cód. 104) | AG: 0431
Conta poupança: 10548-7 | Operação: 013
CPF: 017.349.950-33 - Tamires Machado

Banco BANRISUL (cód. 041) | AG: 0100

Conta corrente: 35.306142.0-5
CPF: 810.316.530-15 - Geneci Flores

Maiores informações:
<https://bit.ly/3af9osp>

Conheça o cenário e quais as reivindicações das pescadoras e dos pescadores artesanais brasileiros; documento assinado por diversas comunidades da pesca, instituições ligadas à pesca, grupos de pesquisa e professores: [Reivindicações da Pesca Artesanal do Brasil Frente À Pandemia do Coronavírus](#)

Colabore com a

**TEKOA
TAPE
PORÃ**

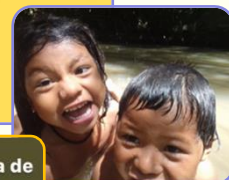
Guaíba/RS

Cleutéria Paredes

Caixa Econômica Federal

AG 0479 C/C 00039793-5 OPERAÇÃO 013

A comunidade Mbya Guarani localizada em Guaíba está seguindo as orientações de isolamento como medida de combate a pandemia do COVID - 19. Assim como outras populações também estamos enfrentando dificuldades para necessidades básicas como alimentação. Doações de alimentos são muito bem vindas. Informações com Leandro Gomes 051 999322071. Ha'evete!



Ajudem a Retomada Mbya Guarani de Terra de Areia na compra de alimentos. Estamos precisando do apoio de vocês pois com essa situação do Corona Vírus está difícil de sobreviver da venda de artesanato.

Banco do Brasil

Ag 722-6

CC 8302-0

Leonardo Barbosa

Cpf 875.848.240-72

Fone 051 996962850



**Ajude a Tekoa
Anhetengúá**

São dez famílias Mbyá-Guarani na Lomba do Pinheiro que vivem da venda de artesanato e estão precisando do seu apoio nessa situação de quarentena.

Banco Caixa Ag 0430 operação 001
conta corrente 00059213-3
JOSE CIRILO P MORINICO

Conheça
também o
[Fundo Baobá
para Equidade
Racial](#)

CONHEÇA O PAN LAGOAS DO SUL

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL,
PESCA E COOPERATIVISMO



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE E
INFRAESTRUTURA



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

MANDE NOTÍCIAS! ENVIE NOTAS CONTENDO:

- ✓ Título da nota;
- ✓ Escrita clara e objetiva, voltada ao público em geral;
- ✓ Foto ou ilustração, com legenda ou não;
- ✓ Autoria do texto e da (s) imagem (ns).

Contribua para
divulgarmos
muitas notícias,
**escreva notas de
no máximo 1800
caracteres!**

Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Encaminhe sua notícia para o e-mail: panlagoasdosul@gmail.com. Teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Obs. A revisão de texto e autorização de uso das imagens ficam sob a responsabilidade dos autores.

Boletim Lagoando
Edição número 06
Março / 2020

Edição e diagramação:
Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição:
Membros do GAT, articuladores e
colaboradores do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul



Endereço:
Av. Carlos Ely Castro, 195
Fundos do CENTREVENTOS
Cep 88301-445 – Itajaí – SC
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

Contatos:
Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br
Site: PAN Lagoas do Sul
YouTube: Vídeo PAN Lagoas do Sul



Lagoando

Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul
Boletim 07 – Agosto de 2020



Foz do Rio da Mãe, praia da Guarda do Embaú, SC
Foto: Shantala Ribeiro

SOS RIO DA MADRE

Os Rios são como corpos d'água que fluem da nascente em direção à sua foz, removendo e transportando fragmentos de rochas de tamanhos variados o qual chamamos de sedimentos. É através destes processos que os rios contribuem para a construção das paisagens que habitamos, esculpindo as encostas e construindo planícies. O perfil de equilíbrio dos rios é formado por três compartimentos: alto, médio e baixo curso. Sua sinuosidade natural atenua a velocidade das águas, evitando erosões e favorecendo a infiltração de grandes volumes de água em períodos de chuvas. Mas a ocupação humana altera algumas destas dinâmicas, o solo exposto e a ausência de mata ciliar fazem com que os sedimentos sejam carregados para dentro dos rios e lagoas, provocando assoreamento. Nas margens dos rios e praias construímos estruturas rígidas que intensificam os processos erosivos a montante e a jusante do fluxo de água. Tudo isso potencializa processos erosivos e de deposição, que podem resultar em alagamentos.



foto: Raquel Sian



arquivo Coletivo SOS Rio da Madre

Algumas medidas de contenção adotadas tem sido o desassoreamento dos rios que interferem no perfil de equilíbrio natural, obrigando-os a se reajustarem. Isso se dá através da remoção de mais sedimentos rio acima e deposição rio abaixo, um processo cíclico que se retroalimenta. Obras de engordamento das praias e desassoreamento de rios deveriam ser fundamentadas em estudos técnicos rigorosos para não demandar sua repetição com maior frequência e mau uso do dinheiro público. Nesse ponto,

deparamos com o caráter emergencial em que essas obras são concebidas e desvinculadas da prevenção.

Estudos científicos apontam a tendência da intensificação de eventos extremos causadores de inundações costeiras, o que na praia da Guarda do Embaú (SC) já é realidade. A região tem sido constantemente afetada pela força de suas águas, atingindo propriedades e estabelecimentos comerciais consolidados em áreas de preservação permanente. Fato que demandou intervenções para conter a dinâmica natural do rio. No entanto, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas assinala que a adoção estratégica seria a conservação e recuperação de ecossistemas naturais como medida de adaptação e mitigação desses impactos. Devemos agir imediatamente na restauração ecológica do rio como um todo! Isso justifica nossos questionamentos quanto ao modelo insustentável de ocupação promovido ao longo de toda bacia hidrográfica do Rio da Madre. A reprodução de um cenário de consolidação de novas ocupações irregulares em áreas de preservação potencializam também as áreas de risco, para a sociedade e o ambiente. É preciso responsabilidade de todos, a natureza nos protege!



foto: Bruce Volpe Rohrsetzer

3º ENCONTRO DAS *KUNHANGUÉ* EM RIO GRANDE/RS

texto: Carolina S. Costa, Joana Bassi e Márcia Londero
foto: Márcia Londero

Entre os dias 06 e 09 de janeiro de 2020, aconteceu na Tekoá Pará Roke, terra Mbya Guarani localizada no município de Rio Grande/RS, o terceiro Encontro de Kunhangué (Encontros de Mulheres Guarani). Na ocasião, aproximadamente 100 pessoas estiveram presentes, vindos de diferentes regiões da yvyrupa (território tradicional), incluindo as aldeias Nhuu Porã (Torres/RS), Yy Rupa (Terra de Areia/RS), Nhuu Porã (Maquiné/RS), Guyra Nhendu (Maquiné/RS), Kuaray Rese (Osório/RS), Aldeia da Estiva (Viamão/RS), Guajayvy Poty (Canguçu/RS), Kapiro' yvy (Pelotas/RS), Tekoa Pyau (Santo Ângelo/RS), Koenjù (São Miguel das Missões/RS), Guaviraty (Santa Maria/RS), Tekoa Porã (Salto do Jacuí/RS), Aldeia Gengibre (Erval Seco/RS), Tekoá Araxaty (Cachoeira do Sul/RS), Aldeia do Morro dos Cavalos (Palhoça/SC) e Tekoá Kuaray Haxa (Guaraqueçaba/PR).

O encontro foi realizado de acordo com o Mbyá reko (modo de ser guarani), com as discussões relacionadas ao bem-viver nas aldeias, saúde e alimentação tradicional e porã regua (sobre o uso das plantas medicinais). Foi um momento de reafirmação das tradições e fortalecimento espiritual com as palavras das anciãs. Houve troca de sementes e plantas, artesanatos, aconselhamentos para os mais jovens sobre uso de tecnologias e as formas de viver de acordo com Mbyá reko mesmo no mundo juruá (dos não-indígenas). Além do fortalecimento interno das comunidades, buscando união entre aldeias, o encontro teve papel do fortalecimento de mulheres lideranças indígenas na atuação dentro da política dos não indígenas.

No último dia do encontro, instituições estiveram presentes, como Prefeitura Municipal de Rio Grande; Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI); Divisão Indígena da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR); EMATER/RS; Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA); Secretaria Estadual de Saúde, através da Política Intersectorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PIPMF); Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Associação de Estudos e Projetos



com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM-RS), Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN-CR) e Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM).

O encontro também contou com apoio do projeto PANexus (UFRGS/CNPq), considerando o envolvimento de aldeias da região da planície costeira do RS, incluindo a própria Pará Roke. Um dos objetivos do PAN Lagoas do Sul é incentivar atividades que promovam o bem viver e a manutenção e melhoria dos processos ecossistêmicos com adoção de práticas sustentáveis. Esse objetivo prevê um conjunto de ações voltadas ao empoderamento Guarani e fortalecimento da governança territorial e ambiental em seu território originário. Uma das estratégias, justamente, é a promoção de encontros envolvendo a ampliação da rede Mbyá para manutenção da gestão dos recursos naturais, em articulação e diálogo com outras culturas não indígenas, promovendo espaços de troca de informações entre os indígenas e Estado.

ASPECTOS DA CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES NO TERRITÓRIO DO PAN LAGOAS DO SUL

Texto: Walter Steenbock e Maya Ribeiro Baggio

No dia 08 de abril, foi realizada a webconferência "Aspectos da conservação das espécies no território do PAN Lagoas do Sul". O evento faz parte da agenda de conferências relativas ao PAN no SIG do Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN-CR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

Os SIGs ou Grupos de Interesse Especial (do inglês Special Interest Groups - SIGs) são um espaço de integração por meio do qual se promovem sessões por webconferência, para realização de debates, discussões, aulas, conferências e reuniões de ensino, pesquisa e extensão à distância. No âmbito do ASSSAN-CR, estão em curso programações focadas para diversos atores, na sua crescente rede de parceiros na América do Sul e no mundo.

A conferência, conduzida pela bolsista do Projeto GEF-Mar no CEPsul, Maya Ribeiro Baggio, contou com a participação dos pesquisadores Luis Esteban Krause Lanés, do Instituto Pró-PAMPA (IPPAMPA), Glayson Ariel Bencke, do Museu de Ciências Naturais de Coleções Científicas (SEMA/RS) e Alexandro Marques Tozetti, do Programa de Pós-Graduação em Biologia da Unisinos, que abordaram temas ligados a ecologia de peixes anuais, aves limícolas e migratórias, estudos sobre isótopos de anfíbios e répteis e sua relação com o conhecimento ecológico e perspectivas de conservação.

De acordo com Maya, "a conferência reforça a importância de propiciarmos mais encontros ao longo do ciclo de gestão do PAN, pois trata-se de um processo participativo e aberto, que demanda um fluxo contínuo de informações e trocas de saberes, a aproximação de novos atores e o fortalecimento de suas atuações. O diálogo técnico científico desta conferência, voltado às espécies ameaçadas de extinção, destacou a urgência de se trabalhar estrategicamente em ações que ampliem o conhecimento sobre as espécies e, simultaneamente, criar e executar estratégias e alternativas de conservação, envolvendo atores diversos e também ampliando o diálogo entre diferentes PANs".

Leonardo Urruth, analista ambiental da SEMA/RS e um dos idealizadores do evento, destaca que "a conferência faz parte de uma série de iniciativas que visam integrar cada vez mais pesquisadores e demais atores em conservação ao PAN Lagoas do Sul, possibilitando o aproveitamento de sinergias, especialmente quanto a conservação das espécies focais do PAN, mas também das inúmeras espécies beneficiárias. A aproximação dos pesquisadores em biodiversidade vai facilitar, inclusive, a criação e monitoramento de indicadores de conservação para as espécies do território do PAN".

Para Walter Steenbock, analista ambiental do CEPsul e coordenador do PAN Lagoas do Sul, "é fundamental que haja cada vez mais conexão entre as pesquisas relativas à conservação da biodiversidade e ações relacionadas à implementação de políticas públicas, educação ambiental e sistemas produtivos que promovam a conservação em conjunto com o uso dos recursos naturais. Essa conexão, envolvendo diferentes instituições e atores sociais, é fundamental na execução do PAN."

Para quem não assistiu a webconferência, em junho ela foi disponibilizada no canal do ASSSAN-CR no YouTube. A conferência foi dividida em cinco vídeos contendo a apresentação de cada painelistas e sua discussão final, confira nos links abaixo.

SIG - Parte 1 - [Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção \(PAN\)](#)

SIG - Parte 2 - [Palestra "Conservação das aves no território do PAN Lagoas do Sul"](#)

SIG Parte 3 - [Palestra "Peixes anuais \(Rivulidae\) no âmbito do PAN Lagoas do Sul"](#)

SIG Parte 4 - [Palestra "Áreas úmidas costeiras como habitats essenciais para anfíbios e répteis"](#)

Discussão SIG Parte 5 - ["Aspectos da conservação das espécies no território do PAN Lagoas do Sul"](#)



FIQUEM LIGAD@S!!

A Agenda SIG ASSSAM Círculo de Referência promove debates ligados a para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, com ênfase nas interfaces agroecologia e sociobiodiversidade

**Agenda
SIG
ASSSAM**

DATA/HR	TEMA	PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL
12/08/20 13-15 h	Alimentação e territorialidades: as múltiplas soberanias alimentarias contemporâneas	Marisol Reyna, Steve Sherwood, Claudia Schmitt, Laura Viteri, Charillyne Curiel, José Aníbal Quintero, Alberto Arce, Flávia Charão Marques
25/08/20 14-16h	Sistemas alimentares e conhecimento em soberania e segurança alimentar e nutricional SSAN	Alvori Cristo, Alberi Noronha, Gabriela Coelho-de-Souza
09/09/20 10-12 h	Gastronomia e cultura local	Bruna Gewehr, Juliana Severo e Tatiana Miranda
23/09/20 10 - 12 h	Ações do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica NEA, Tapes, RS; Nutrição funcional e alimentos orgânicos e biodinâmicos	Rafaela Biehl Printes Valéria Paschoal
14/10/20 10-12 h	O apoio às cadeias sustentáveis de produtos da sociobiodiversidade no Plano de Ação Territorial para conservação de espécies ameaçadas do Planalto Sul	Leonardo Marques Urruth Luthiana Carbonell dos Santos
28/10/20 10-12h	Interfaces entre o Desenvolvimento Rural e a Educação do Campo: perspectivas para a SAN	Viviane Camejo Pereira
11/11/20 10-12 h	Comida de Quilombo no Brasil	Flávio Bezerra Barros, Vanuska Lima da Silva, Luciana Dias de Oliveira, Marília Floor Kosby
25/11/20 10-12 h	Comida, Imigração e Bem-Viver	Pamela Marques
09/12/20 10-12 h	O serviço ecossistêmico de polinização e o uso indiscriminado de agrotóxicos	Jenifer Dias Ramos Marina Augusta Tauil Bernardo Letícia Casarotto Troian

A agenda SIG pode sofrer alterações, consulte o site <https://nutrissan.rnp.br/> próximo a data da apresentação, ou envie e-mail para: asssan.cr@gmail.com

**11/08/2020
Terça-feira
Às 9:30 h.**

O Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade (PPGAS), da Universidade Estadual de Goiás, apresenta o Seminário 13 anos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO): Atuação e Adversidades.

Dilton De Castro e Walter Steenbock, membro e coordenador do GAT do PAN, apresentaram a palestra:

Plano de Ação Nacional Lagoas do Sul: ações conservacionistas

Informações e inscrição: <https://www.even3.com.br/13icmbio2020/>

INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA NA PRÁTICA

A live “Integração Lavoura-Pecuária na Prática” permeou temas relativos aos principais desafios de pecuaristas e de lavoureiros para trabalharem com modelos de Sistemas Integrados de Produção Agropecuária (SIPA) ou Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) no campo. Numa visão holística, o conceito de ILPF é a aplicação de tecnologias de manejo de sistemas que busca produção e sustentação ambiental, dos componentes pecuária, lavoura e floresta, de forma organizada no tempo e no espaço territorial, com melhor eficiência das interações entre esses componentes e maior racionalização de usos dos nutrientes, água, carbono, energia solar e dos recursos humanos.



O Brasil instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (Decreto nº 12.805/2013) e estruturou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, elaborando o Plano e o Programa ABC, onde um dos pilares técnicos é ILPF. O desafio inicial, que transcende lavoura e pecuária, é a capacitação e o treinamento dos agentes envolvidos, considerando os aspectos de cada região e situação da propriedade é possível a utilização de sistemas integrados mas, para isso, são necessárias adequações ou ajustes à realidade local, utilizando o saber dominado pelo agente.

O ponto de partida para o pecuarista é o conhecimento do manejo do pastejo em sistemas integrados, ou seja, o ajuste de carga animal ou

taxa de lotação de acordo com a capacidade de crescimento do pasto, permitindo com isso que o animal exerça o seu pastejo comendo a “boca cheia”. Isso permitirá que o mesmo produza mais leite, carne, lã ou pele e, gerando mais serviços ambientais pela devolução de fezes e urina ao solo. A melhoria do ambiente, também se deve a maior quantidade de matéria orgânica incorporada pela aérea de palhada residual das pastagens e pelas raízes das plantas forrageiras.

O segundo aspecto que o pecuarista deve conhecer é a fertilização das pastagens, de acordo com a composição forrageira. Isso levará a maior produção de biomassa aérea e radicular das forrageiras, permitindo maior lotação animal de acordo com a capacidade de suporte, gerando maiores rendimentos de produto animal. Destaca-se que a adubação de sistemas é mais ajustada com o fertilizante entrando na fase pastagem, pois a produção animal retira menos do que a produção de grãos e o animal tem um papel fundamental como catalizador do processo de ciclagem de nutrientes via fezes e urina. Esse aspecto deve ser destacado ao lavoureiro, pois pode haver antecipação de adubação da lavoura, principalmente fósforo e potássio, o que permitirá fazer a semeadura direta das culturas de verão numa janela mais curta de plantio. Isso facilita o planejamento de máquinas, equipamentos e mão de obra de acordo com épocas de plantio e condições meteorológicas. A adubação nitrogenada ainda é um aspecto a ser considerado em lavouras de arroz, mas em lavouras de sequeiro o nitrogênio poderá ser colocado nas pastagens de inverno melhorando sua produtividade e empurrando a ciclo das mesmas à Primavera, permitindo uma palhada mais nova com mais qualidade de decomposição, menor relação Carbono/Nitrogênio.

Outro conhecimento fundamental do lavoureiro é o sistema de Plantio Direto. Essa é uma condição “Sine qua non”, que deve ser implantada em todos os sistemas integrados de produção agropecuária. Então, os SIPAs envolvem tecnologias de processos e não de insumos, buscando produção de alimentos de forma sustentável, rentável e harmônica com a natureza dos componentes envolvidos. Busca maior eficiência e racionalização do uso de recursos naturais, insumos, água, energia e bem estar dos agentes envolvidos: humanos e animais.

INSTITUTO CURICACA REALIZA WEBINARES EM COMEMORAÇÃO DO DIA DA MATA ATLÂNTICA

O Instituto Curicaca marcou o dia da Mata Atlântica, comemorado anualmente no dia 27 de maio, com a realização de dois Webinars. Pela manhã, o tema foi "[Áreas prioritárias do Bioma Mata Atlântica: conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade](#)", com a participação da analista do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Adriana Bayma e do analista da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA/RS), Leonardo Urruth. Já pela tarde, a promotora do Ministério Público do RS, Ana Marchesan e o ambientalista Wigold Schaffer trataram da "[Complementaridades entre a Lei da Mata Atlântica e o Código das Vegetações](#)". O evento, que contou com perguntas de internautas, foi mediado por Leticia Bolzan, bióloga do Curicaca. Para quem quiser assistir, as gravações permanecem disponíveis na página da ONG ou nos links acima.



No primeiro webinar, Adriana apresentou a metodologia da 2ª atualização em 2018 e dos próximos passos da difusão e implantação das áreas prioritárias da Mata Atlântica. O nosso coordenador técnico, Alexandre Krob, falou sobre as evoluções metodológicas que garantem mais envolvimento de atores, maior fundamentação e mais precisão da ferramenta. Ao fim, Urruth mostrou várias aplicações práticas na gestão estadual e perspectivas futuras.

Já no segundo encontro, Ana trouxe a interpretação e a manifestação conjunta do MPERS e MPF à SEMA/RS e ao IBAMA sobre a inconstitucionalidade do despacho sobre a Lei da Mata Atlântica. Schaffer relatou um emocionante histórico da atuação ambientalista na conservação da natureza no Brasil até a criação de leis específicas para a Mata Atlântica. Lembrou o papel chave de José Lutzemberger nessa história e de outros ambientalistas do RS. Alexandre fez vínculos de causa consequência da aplicação do despacho com ações de conservação, a partir de projetos da ONG.



texto e imagens: Gustavo Pinheiro

PAN LAGOAS DO SUL DESENVOLVE DIAGNÓSTICO PARA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

texto e imagens:
Maya Baggio



O Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) do PAN Lagoas do Sul está trabalhando para desenvolver, de forma inovadora, indicadores qualiquantitativos para mensurar a eficiência e efetividade dos objetivos do PAN. O desafio é grande e os membros do GAT se organizaram em grupos de trabalho com alguns colaboradores extras!

Um dos grupos de trabalho desenvolveu uma metodologia para a realização de um diagnóstico, que contribuiu para o balizamento dos demais grupos e formas de atuação. O indicador em questão pretende mensurar a tendência de equidade e intersetorialidade dentro dos grupos de governança. Inicialmente foi realizada a atualização dos grupos de governança levantados na etapa de elaboração do PAN (2017), sendo eles, fóruns, comitês e conselhos encontrados em sua área de abrangência. Posteriormente, foi elaborado e enviado um questionário para o levantamento de informações específicas sobre cada grupo de governança envolvido. A partir da análise das respostas obtidas, pretende-se construir a linha de base do indicador para monitorá-lo durante o primeiro ciclo do PAN.

Como parte do processo de gestão do PAN, os indicadores são instrumentos de análise e avaliação mais abrangentes do que as monitorias anuais, pois não avalia o produto final das ações, mas focam no alcance dos objetivos, em diferentes dimensões da realidade.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS: USO E VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DO RS

texto e fotos: Joana Bassi e Clara Liberato (SEMA/RS)

Ampliar a certificação agroflorestal e extrativista da flora nativa no contexto do território do PAN Lagoas do Sul é uma das ações priorizadas e coordenadas pela SEMA/RS. Os projetos de restauração ecológica através da Reposição Florestal Obrigatória de empresas com passivo ambiental tem sido uma importante estratégia no estado do RS para dinamizar a certificação e, consequentemente, a delimitação de áreas de conservação com uso da biodiversidade. Os sistemas agroflorestais biodiversos, além de garantir conservação e geração de renda, evidenciam uma alternativa ecológica potencial aos sistemas de produção convencionais.

Este é o caso do projeto recentemente firmado entre a SEMA e a empresa CONCEPA, por meio da execução pela organização não governamental Centro Ecológico IPÊ. A entidade pretende contribuir para o avanço da implantação e manejo dos sistemas agroflorestais e valorização e uso das frutas nativas da Mata Atlântica do Litoral Norte do RS, bem como promover geração de renda para agricultores familiares. Para tal, propõe um conjunto de ações, incluindo a certificação pela SEMA/RS de 20 hectares de sistemas agroflorestais, o desenvolvimento de novos arranjos agroflorestais, a qualificação do processamento de frutas nativas e a mobilização de novas famílias nos processos de uso das frutas nativas. A iniciativa integra redes mais amplas em prol da agroecologia e do fortalecimento da sociobiodiversidade no RS, como a Rede Ecovida e a Cadeia Solidária das Frutas Nativas.



Espera-se ter, ao final do projeto, 20 hectares de áreas certificadas como sistemas agroflorestais, com ênfase em frutas nativas, especialmente açaí Juçara (*Euterpe edulis*). A região do Litoral Norte abrange cerca de 400 famílias em processos de produção agroecológica, que estarão se beneficiando direta e indiretamente, bem como um mercado consumidor que ultrapassa a marca de 5 mil pessoas. O projeto beneficia diretamente todos esses atores, através da divulgação do uso dos produtos, bem como atuando nos processos de formalização da produção e contribuindo para a inserção desta no mercado local e de todo o estado).

Encontro virtual

Semana Nacional de Promoção ao Alimento Orgânico 2020

Ações pelo fortalecimento de sistemas agroecológicos



Para celebrar a Semana Nacional de Promoção ao Alimento Orgânico 2020, o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da Uergs (NEA/Uergs-Tapes), em parceria com representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Assentamento Lagoa do Junco, em Tapes/RS, realizaram no dia 29/05/2020 o Encontro Virtual: Ações pelo Fortalecimento de Sistemas Agroecológicos.

O evento foi direcionado ao público interessado em conhecer projetos (cursos de extensão, oficinas, práticas) voltados a promover iniciativas ao fortalecimento de agriculturas de base ecológica e do consumo de alimentos orgânicos no território Centro Sul. O evento destacou o papel do NEA/Uergs-Tapes que tem atuado há mais de dois anos junto a sociodiversidade, representada pelas famílias de agricultores descendentes de imigrantes europeus, indígenas Mbya Guarani e quilombolas. Ressaltando também como o trabalho realizado pela Terra de Sabores, organismo agrícola situado no Assentamento Lagoa do Junco, que cultiva em sistema orgânico e promove a comercialização dos alimentos certificados via circuito curto – venda de cestas diretamente ao consumidor – oferecendo alimentos da estação por meio de listas divulgadas no aplicativo *whatsapp*.

O bate-papo foi realizado pela profa. Dra. Rafaela Biehl Printes e pela agricultora e gestora ambiental, Eliane Fátima Crupinski, com mediação de Marcia Motta, integrante do NEA. Em sua fala, Eliane salientou os efeitos da pandemia COVID 19 na dinâmica da agricultura familiar e comercialização dos alimentos orgânicos, cuja demanda aumentou no município de Tapes. Comparando com período anterior, esse aumento foi de 233% confirmando que há uma diversidade de pessoas resgatando a cultura pela busca de alimentos saudáveis que fortalecem a imunidade, incluindo jovens, adultos e idosos. Além de se alimentarem com “comida de verdade”, os consumidores passaram a conhecer quem produz seus alimentos, que são entregues em suas casas (respeitando o distanciamento do isolamento social) diretamente do agricultor(a). Percebe-se que diante das incertezas, a agroecologia parece se fortalecer e mostra-se com um caminho à sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional.

A atividade contribui para a ação 2.30 do PAN Lagoas do Sul, que visa poiar o fortalecimento dos grupos de Agroecologia no sudeste do Rio Grande do Sul.

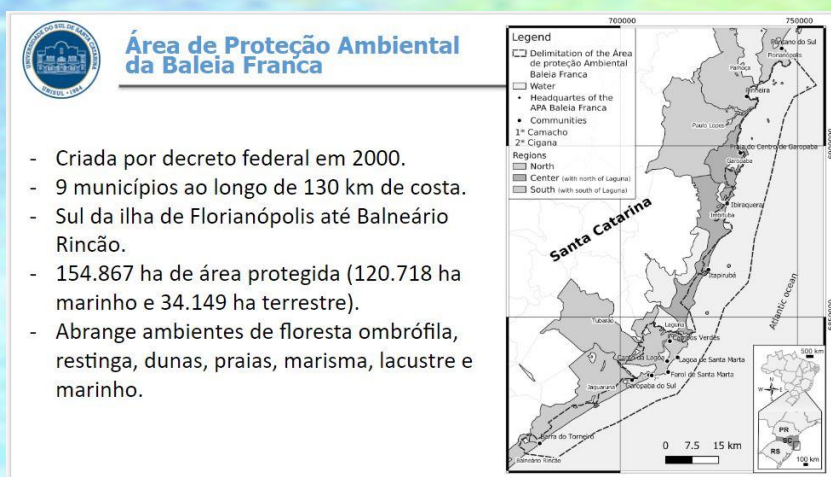


AS CONTRIBUIÇÕES DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E OS CENÁRIOS PÓS PANDEMIA

Sob o cenário global atual da pandemia de COVID-19, a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) realizou entre os dias 1 a 5 de junho, a XV Semana de Meio Ambiente e Valores Humanos em formato virtual. O evento contou com temáticas relacionadas à compreensão dos reflexos socioambientais da atual pandemia nos níveis local e global.

Na terça-feira (02/06) realizou-se a roda de conversa com tema "As contribuições da APA da Baleia Franca para o desenvolvimento territorial e os cenários pós pandemia", composto pelo mediador Carlyle Torres Bezerra de Menezes (Programa de Pós-Graduação - PPG Ciências Ambientais da UNESC) e palestrantes membros do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca: Maria Elizabeth da Rocha (Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera e conselheira honorária), Renê Birochi (PPG Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Rodrigo Rodrigues de Freitas (PPG Ciências Ambientais da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL), Ademar Alarício do Espírito Santo (Associação comunitária da praia de Naufragados - AMOPRAM) e Maria Aparecida Ferreira (Conselho Comunitário de Ibiraquera - CCI).

Os palestrantes realizaram uma análise da conjuntura socioeconômica, situando a relevância das áreas protegidas para possibilitar a viabilidade de qualquer modelo de desenvolvimento. Quando iniciou a pandemia de COVID-19 já havia uma grave crise ambiental, com dimensões bastante evidentes no caso do clima, da perda de espécies e do lixo nos oceanos. As secas do Sul são uma consequência do desmatamento na Amazônia, por exemplo.



A única possibilidade de um futuro para a humanidade é trazer o debate ambiental para a economia e os negócios. No pós-pandemia, atitudes de governos ou indivíduos que não estejam alinhadas com os valores da conservação ambiental devem ser consideradas moralmente condenáveis. O debate foi inspirador para (re)pensar a participação da comunidade na conservação dos recursos naturais de uso comum integrado ao desenvolvimento no território das Lagoas do Sul do Brasil.

texto e figura:
Rodrigo de Freitas

QUILOMBOLAS: SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA

Convidamos a Joseane, Mestranda do PPG-Desenvolvimento Rural/UFRGS, e representante do Quilombo Chácara da Cruz do município de Tapes (RS) e do Grupo de Apoio Técnico do PAN-Lagoas do Sul, para contar a sua história e falar da sua jornada para Promover Sua Comunidade, uma história de Sustentabilidade e Resiliência.

Data: 19/06

Horário: 19h

Transmissão: Canal no

YouTube do Ecoando

Sustentabilidade

<http://abre.ai/eecoando>



MSc Joseane dos Santos
UFRGS



O bate papo desta live permeia as condições de quilombola e pesquisadora de Joseane dos Santos, sua relação familiar, afetiva e ética com o território do Quilombo Chácara da Cruz. As pesquisas acadêmicas sobre o local tem contribuído para dar visibilidade ao Quilombo e para que a comunidade buscasse acesso a direitos de que não desfrutava. O Quilombo é um dos poucos no Brasil que tem a posse de suas terras, a qual data de 1890, com uma área equivalente a 14 hectares. Neste cenário, onde disputas de terra persistem, vivem atualmente 27 famílias que lutam por políticas públicas que incentivem e fortaleçam seu modo de vida e tradições. Para conhecer um pouco mais dessa história, acesse o link do [vídeo no canal do Ecoando Sustentabilidade no YouTube](#).

ONG DE GAROPABA FAZ MINICURSO INFANTIL ON-LINE SOBRE OS OCEANOS

texto e fotos: assessoria de comunicação do IMMC

Um conteúdo virtual para ensinar às crianças a importância do universo marinho e transformá-las em 'guardiãs dos oceanos'. Este foi o mote da 1ª edição do Minicurso 'Oceanos para crianças' desenvolvido pelo IMMC pela internet em virtude da pandemia do coronavírus. Assim, as crianças de Garopaba (SC) e outras partes do Brasil e do exterior puderam ter uma atividade de educação ambiental pelo seu celular ou computador em suas casas.

Para a Presidente da ONG, a oceanógrafa Caroline Schio, criar um minicurso on-line foi uma experiência desafiadora, mas que trouxe a satisfação de ver o envolvimento das crianças e famílias. O tema foi escolhido em virtude da década do oceano (2021/2030) e pelo descarte plástico no mar entre outras formas de poluição, uma ameaça à vida marinha e humana. "Para nós, educadores, que prezamos a experiência prática, foi um desafio nos adaptar ao contexto virtual. Mas ao trazer os experimentos para as videoaulas, percebemos que estas não só ficaram muito divertidas, mas também despertaram mais a curiosidade nas crianças e seus pais a conhecer melhor o oceano. O conteúdo do 1º minicurso abordou: formação dos oceanos, ondas e marés, zonas oceânicas, praias arenosas, mangues e marismas, costões rochosos e recifes de corais e oceanos glaciais. Em todos os encontros virtuais fizeram experimentos e tiveram acesso a materiais complementares e vídeos. A pedido da garotada foi feito o módulo II com fatos interessantes e curiosos sobre os oceanos, lendas, mitos e fenômenos raros e encerrou dia 17 de julho, mas as crianças já pediram o módulo 3", explica a gestora.



CONHEÇA O PAN LAGOAS DO SUL

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL,
PESCA E COOPERATIVISMO



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE E
INFRAESTRUTURA



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

MANDE NOTÍCIAS! ENVIE NOTAS CONTENDO:

- ✓ Título da nota;
- ✓ Escrita clara e objetiva, voltada ao público em geral;
- ✓ Foto ou ilustração, com legenda ou não;
- ✓ Autoria do texto e da (s) imagem (ns).

Contribua para
divulgarmos
muitas notícias,
**escreva notas de
no máximo 1800
caracteres!**

Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Encaminhe sua notícia para o e-mail: panlagoasdosul@gmail.com, teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Obs. A revisão de texto e autorização de uso das imagens ficam sob a responsabilidade dos autores.

Boletim Lagoando
Edição número 07
Agosto / 2020

Edição e diagramação:
Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição:
Membros do GAT, articuladores e
colaboradores do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul



Endereço:
Av. Carlos Ely Castro, 195
Fundos do CENTREVENTOS
Cep 88301-445 – Itajaí – SC
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

Contatos:
Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br
Site: [PAN Lagoas do Sul](http://PANLagoasdoSul.com.br)
YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](http://VideoPANLagoasdoSul.com.br)



Lagoando



foto: Carolina Silveira Costa

Espaço de divulgação de ações do PAN Lagoas do Sul
Edição Especial Py'a Tytya (Batida do Coração)

EDITORIAL BOLETIM ESPECIAL PY'A TYTYA (BATIDA DO CORAÇÃO)

"A gente depende dos animais, não só pra se alimentar, mas para ouvir, do bugio, do passarinho... são o nosso rádio". Assim começava a conversa o indígena Jerônimo Vera Franco, gravado no [vídeo do PAN Lagoas do Sul](#), durante a sua elaboração.

Na aldeia Ivy Poty, em Barra Grande/RS, próximo à margem da Lagoa dos Patos, assim como em dezenas de aldeias do sul do Brasil, indígenas Guarani, Kaingang e Charrua seguem lutando para manter seus modos de vida, em meio à contaminação das águas, à destruição de nascentes e ao avanço desordenado das cidades e da agropecuária em larga escala.

Indígenas, quilombolas, agricultores familiares agroecológicos, pescadores artesanais e outras populações tradicionais da região das lagoas costeiras do sul do Brasil nos ensinam, a cada dia, jeitos diferentes de lidar com a natureza e dela retirar o sustento para a vida em comunidade.

Apoiar estes modos de vida, em especial dos indígenas, é não só um dever constitucional do Estado para com os povos originários, mas também uma forma de conservar espécies e ambientes ameaçados de extinção. É com base nisso que o objetivo do PAN Lagoas do Sul é "promover a conservação das espécies e ecossistemas e o reconhecimento e apoio aos modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território das lagoas da planície costeira do sul do Brasil."

No Rio Grande do Sul, são 157 aldeias indígenas, abrigando em torno de 27.000 pessoas, em 64 municípios. Muitas dessas aldeias são acampamentos, em condições precárias, sendo outras já constituídas em Reservas Indígenas.

No PAN Lagoas do Sul, foram planejadas e estão em execução várias ações que buscam apoiar a conservação da natureza, a produção de alimentos e os modos de vida nestas aldeias, envolvendo a conservação de nascentes, a recuperação de áreas degradadas, a implantação de sistemas agroflorestais agroecológicos, a produção de mudas e cadeias de comercialização.

Estas ações são desenvolvidas por diferentes organizações, nas quais a Divisão Indígena da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), do Estado do Rio Grande do Sul, tem desempenhado um papel protagonista e fundamental. Desde a oficialização do PAN, em 2018, parte destas ações vem sendo divulgada nas edições do Boletim "Lagoando".

Neste número especial, trazemos uma retrospectiva dessas ações, em um momento de grande preocupação: no período em que a pandemia do Covid-19 atinge as populações indígenas de forma mais intensa, é extremamente preocupante a desmobilização da SEADPR, com a convocação dos técnicos Márcia Londero e Ignácio Kunkel para o retorno à EMATER, sua instituição de origem. Estes representavam 2/3 da equipe da SEADPR, desenvolvendo, ao longo dos últimos anos, um trabalho de grande cuidado e eficiência, em meio a uma grande relação de confiança junto aos indígenas, na Divisão responsável por formular, coordenar e executar políticas dirigidas à população indígena, conforme Decreto Estadual N° 54.567/2019.

A Edição Especial do Lagoando surge motivada por esta preocupação, na esperança de que a SAEDPR seja fortalecida, ao invés de desmobilizada, revendo a decisão colocada acima e buscando ampliar e qualificar cada vez mais sua atuação. Os modos de vida de milhares de indígenas do Rio Grande do Sul contam com isso, em meio a tantas adversidades e ameaças. Os ambientes, as águas e as espécies de plantas e animais ameaçadas de extinção também.

Coordenação do PAN Lagoas do Sul



Confira as ações do PAN Lagoas do Sul que foram noticiadas ao longo das sete edições do Boletim Lagoando!



2018/nov/2ed

Sobreposição entre territorialidade indígena e Parque Estadual de Itapuã

por: Joana Bassi e Márcia Londero. Foto: acervo SEMA/RS

Aborda o conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da relação entre o Parque e os Mbyá-Guarani, contribuindo na gestão ambiental e territorial destas áreas.

2019/mai/3ed

Saneamento para os MByá Guarani

por: Anaiara Letícia V. da Silva, Projeto Taramandahy

Projeto Taramandahy Fase III implementa sistema modular ecológico de tratamento de efluentes domésticos em aldeia Aldeia Kuaray Resê (Sol Nascente) em Osório/RS.

Legislação socioambiental e participação da SEMA/RS no PAN Lagoas do Sul

por: Joana Bassi e Leonardo Urruth, SEMA/RS

Aborda o conjunto de ações da instituição dentro do PAN, sua base legal, servidores e departamentos envolvidos em sua execução.

Agroflorestas e recuperação da agrobiodiversidade em aldeias Guarani

fonte: SEAPDR/RS

Passivos ambientais são revertidos em projetos de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) e recuperação de áreas degradadas em aldeias indígenas.

Plano de vida Mbya Kuery que saiu do papel

por: Gabriela Coelho-de-Souza

Tese envolvendo os Guarani, extensionistas e pesquisadores, dialoga sobre governança Guarani e a política territorial e indigenista, é indicada para o Prêmio da Sober José Gomes da Silva - Sociologia Rural.



2019/dez/5ed

Laudo Antropológico da Retomada Mbyá da Ponta do Arado: desvelamento de Yy Jerê de Aldeias Originárias na Zona Sul de Porto Alegre

por: José Otávio Catafesto, UFRGS. Fotos: Ana B. Pinto

Relatório aborda a história da desterritorialização, violência racial, discriminação étnica de Yy Jerê (Ponta do Arado), em defesa do território indígena.





Guardiões da Sociobiodiversidade: Sementes Crioulas, Frutas Nativas e Agroflorestas

por: Divulgação PGDR/UFRGS

Evento reúne representantes das etnias Guarani e Kaingang, professores e alunos universitários e técnicos de outras instituições. Juntos, discutiram a respeito dos espaços e formatos de participação dos indígenas em eventos institucionais, ressaltando a necessidade de integrá-los na concepção e no planejamento dos mesmos.



2020/abr/6ed

Rota dos Butiazais na Aldeia Guadjayvi município de Charqueadas/RS

por: Márcia Londero. Foto: Fernando Kluwe Dias

Divisão Indígena da Secretária da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (RS) implementa ação da Rota dos Butiazais e realiza a recuperação e plantio de 400 mudas de butiá na aldeia Mbya Guarani Guadjayvi.

Início do Projeto "Ma'ety, Mbaraete Nhemboguata Tekoá Mbya Kuery"

por: Rafaela Printes. Foto: Ass. Com. Recanto da Folha

Ações promovem diálogos da agricultura originária com a agricultura biodinâmica e restauração ecológica com sistemas agroflorestais, com foco na recuperação do solo, plantio de espécies nativas, na soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades.

Rede das Áreas Protegidas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – RAPLN/RS

por: RAPLN/RS (via Facebook)

Foi realizada a primeira 5ª Reunião Ordinária da RAPLN/RS com os indígenas da aldeia Mbyá Guarani, tendo como foco a apresentação da aldeia pelo Cacique Mário, políticas e instrumentos de gestão do território da RAPLN, manejo de exóticas e conservação da biodiversidade na aldeia.

Campanhas em prol das comunidades para o enfrentamento do COVID - 19



2020/ago/7ed

3º Encontro das Kunhangué em Rio Grande

por: Carolina S. Costa, Joana Bassi e Márcia Londero.

Foto: Márcia Londero

Realizado de acordo com o Mbyá reko (modo de ser guarani), o encontro promoveu discussões relacionadas ao bem-viver nas aldeias, saúde e alimentação tradicional, sobre porã regua (uso das plantas medicinais) e fortalecimento das mulheres.

SAÚDE, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E OS MBYÁ GUARANI EM TEMPOS DE PANDEMIA.

por: Carolina S. Costa, Guilherme Dal Sasso, Iana S. V. Nouhuys, Catherine de Carvalho e Lucas Rocha
foto:s Carolina S. Costa

Assim como as outras 304 etnias indígenas no Brasil, os *Mbyá* Guarani estão em constante processo de resistência e proteção de seu território desde o início da colonização. Ainda assim, eles mantêm uma relação forte com as matas nativas, onde podem obter caça, pesca, ervas medicinais, matéria-prima para artesanato - principal fonte de renda de diversas comunidades - lenha para o fogo e espaço para a roça. Também deslocam-se entre aldeias com frequência, guiados no território por sua espiritualidade. Nessas visitas é comum realizarem trocas de mudas e sementes, bem como buscarem tratamentos com lideranças espirituais, os *karai*.

Com poucas Terras Indígenas (TI) demarcadas e com a degradação do meio, muitas aldeias no RS carecem de condições ecológicas para que possam viver com autonomia. A pandemia de covid-19, além de ameaça biológica, veio para agravar vários problemas pré-existentes. O necessário isolamento social derrubou a venda de artesanatos e impediu a circulação entre aldeias e as trocas de sementes na época de plantio, contribuindo para o agravamento da insegurança alimentar. Ações do governo como a destinação de cestas básicas são tão fundamentais quanto insuficientes. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do povo guarani é muito ampla para caber em uma cesta básica com uma lista de alimentos que não contemplam sua alimentação tradicional. Neste contexto, instituições parceiras destas comunidades, no âmbito público e privado, que compreendem a saúde indígena enquanto integrada com o contexto cultural, territorial e espiritual, buscam colocar isto em prática por meio dos projetos emergenciais voltados à pandemia. É o caso do projeto organizado e executado pela Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM), financiado por um edital de instituição privada e que contou com o auxílio da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA/RS) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nas entregas dos materiais. Nele, foram entregues cestas básicas com produtos orgânicos, constituídas de alimentos tradicionais (como milho, batata doce, mel, aipim, etc) adquiridas de assentamentos, kits higiene e kits plantio (com ferramentas para a roça e sementes crioulas baseadas na roça tradicional mbyá). Longe de se alcançar uma real SAN, estes pequenos projetos fazem diferença ao ter enquanto horizonte a soberania e segurança alimentar enquanto um passo à saúde.

A ideia que a demarcação de TI, o acesso ao território biodiverso e a espiritualidade são fatores que nutrem o corpo guarani e a pandemia da COVID-19, bem como a falta de cuidado dos governos, expõe esses corpos mais uma vez ao risco de genocídio.



PODCAST "QUE TAL UM MATE?" ABORDA A REALIDADE INDÍGENA GUARANI

por: Silvana Granja, Assessoria de Imprensa, ASSSAN Círculo

A sexta edição do podcast "Que tal um mate?" aborda um tema que é vital para a dignidade de um país com diversas etnias: "A soberania alimentar das aldeias Guarani".

O episódio, mediado pela coordenadora do ASSSAN Círculo, Gabriela Coelho, tem como convidados o professor indígena e cacique guarani da aldeia Pindoty, que fica no município de Riozinho (RS), Felipe Oscar Brizoela e a doutora em Ciência Política, Marcia Londero, que atua na Divisão Indígena da Secretaria Estadual de Agricultura e Desenvolvimento Rural do RS.

Além de liderar a sua aldeia, Brizoela acompanha as políticas voltadas aos povos indígenas, tanto de saúde quanto territoriais, como o PAN Lagoas do Sul. Segundo ele, uma das preocupações dos guarani é não conseguir manter a sua alimentação típica por falta de terras apropriadas, água e apoio do poder público para que possam cultivar os seus alimentos na época certa e de acordo com a sua cultura. Já Marcia, que vem atuando em políticas de etnodesenvolvimento das aldeias indígenas no RS, comenta sobre a atuação do estado em políticas públicas e a importância das redes de apoio para essa população.



🌿 Que tal um mate? no Spotify:

https://open.spotify.com/episode/6JI3y26JZc68ARkv99VXzZ?si=zWdzj_UcSL69ClSi387rRA

🌿 Que tal um mate? no YouTube:

<https://youtu.be/nKsGHd3STGE>

🌿 Que tal um mate? no Lúmina Podcasts:

<https://www.ufrgs.br/luminapodcasts/site/episodio/soberania-alimentar-das-aldeias-guarani>

🌿 Que tal um mate? no Anchor:

<https://anchor.fm/asssan-crculo-de-referencia/episodes/Que-tal-um-mate--6---A-soberania-alimentar-das-aldeias-Guarani-ei52el>



Gravação do podcast com Felipe Brizoela, cacique da aldeia Pindoty, e Gabriela Coelho, ASSSAN Círculo/UFRGS

RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM ALDEIAS INDÍGENAS: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA PERSPECTIVA DAS AGROFLORESTAS

por: Joana Bassi, Márcia Londero e Rodrigo Cossio. Fotos Rodrigo Cossio

A Reposição Florestal Obrigatória (RFO) no Estado do RS é uma forma de compensação ambiental originada do corte de vegetação nativa em processos de licenciamento. A SEMA/RS prevê a possibilidade de converter a reposição em ações conservacionistas e preservacionistas diversas, incluindo restauração ecológica e conservação de ecossistemas, implementação de sistemas agroflorestais e uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade, dentre outras. Uma importante construção envolvendo SEMA, Divisão Indígena da SEAPDR e CEPI/RS tem possibilitado o desenvolvimento de projetos em aldeias indígenas, incluindo, até o momento, duas no território do PAN Lagoas do Sul.

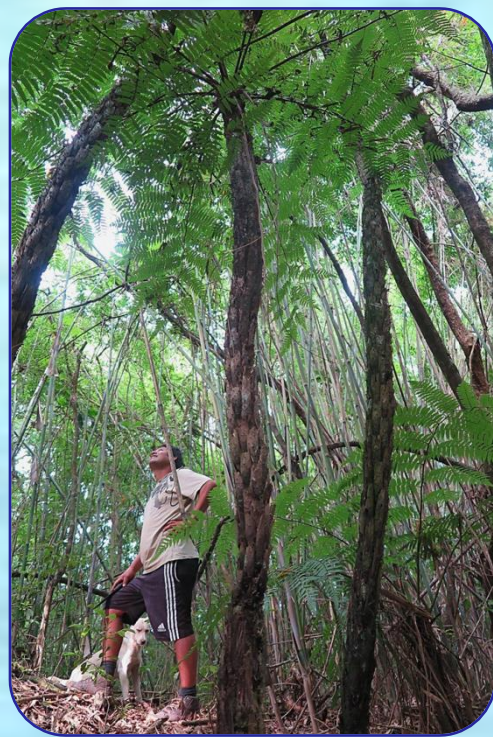
O projeto “Restauração ecológica com agroflorestas em áreas indígenas no RS”, sob execução do Centro de Trabalho Indigenista e com recursos da CEEE, é desenvolvido a partir do fortalecimento dos conhecimentos etnoecológicos Guarani e do diálogo intercultural na perspectiva de agroflorestas. Abrange a *tekoá* (aldeia) *Guavira poty*, em Camaquã, uma área coberta com eucaliptos plantados pelo Estado anteriormente ao repasse aos *Mbyá* Guarani. Na *tekoá*, está sendo desenvolvido um diagnóstico e etnomapeamento comunitário, o qual se desdobrará na restauração de áreas com agroflorestas, além de quintais agroflorestais e roças biodiversas. O etnomapeamento é uma ferramenta de produção de conhecimento consolidada no contexto da gestão territorial e ambiental das terras indígenas, definido na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI/BRASIL, 2012). Associada à riqueza do conhecimento etnoecológico da área está a agricultura tradicional guarani. Há uma fluidez entre as matas nativas, as áreas com eucaliptos, os núcleos de moradias e as roças.

Estas últimas manifestam um conhecimento milenar particular e muito caro aos Guarani. Assim, a valorização e o fortalecimento desse sistema próprio é uma das dimensões do projeto.

Junto à comunidade Kaingang da aldeia *Van Ka*, em Porto Alegre, foi construído um projeto a partir da mediação dos técnicos da Divisão Indígena e com recursos do Hospital de Clínicas da UFRGS, de restauração da área com espécies nativas de interesse kaingang, com o uso de plantas frutíferas, ornamentais, medicinais/espirituais. O projeto também conta com a supressão de 32 árvores adultas

de *Pinus* sp., uma exótica invasora altamente agressiva, e sua substituição por pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*), espécie de relação milenar com os kaingang e cuja distribuição revela a dimensão da territorialidade deste povo.

Outro projeto importante também mediado pela Divisão Indígena da SEAPDR, em fase de aprovação na SEMA, é o plantio de 1800 mudas nativas, em sistemas de quintais escolhidos pela comunidade Mbyá Guarani *Guajayvi*, do município de Charqueadas e executados pelo Consórcio Ponte do Guaíba.



MADEIRAS APREENDIDAS SÃO DOADAS PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS EM ALDEIA GUARANI

fonte: SEAPDR/RS, Bárbara Corrêa e Vanessa Trindade. foto: Santiago Franco, Cacique da Aldeia Mbya Guarani

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) destinou dez metros cúbicos de madeira nativa de cedro para a aldeia indígena *Yvy Poty*, no município de Barra do Ribeiro, RS. O material é proveniente de uma apreensão durante fiscalização e será destinado para construção de duas novas casas.

A aldeia indígena é da etnia Mbyá Guarani e, conforme a representante da SEMA no Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Joana Bassi, se encontra em estado de vulnerabilidade. "Mapeamos que alguns indígenas estavam vivendo embaixo de lonas e a necessidade de aporte para moradia era urgente. Esta ação reflete uma importante iniciativa de otimização de políticas públicas, norteadas pelos compromissos do Estado em apoiar o desenvolvimento dos povos indígenas", destaca.

A destinação da madeira, na última semana de junho, foi definida pela Junta Superior de Julgamento de Recursos (JSJR) da Sema, atendendo solicitação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, com apoio do Departamento de Biodiversidade (DBio) da Sema e da Divisão Indígena da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR).

A analista ambiental da JSJR, Daiane Caporal, afirma que graças à articulação entre as secretarias foi possível destinar as madeiras para um projeto efetivo. A Sema pretende dar continuidade a ações como esta, considerando o déficit habitacional das aldeias e o agravante imposto pela pandemia da Covid-19. A iniciativa deve beneficiar pelo menos outras 15 aldeias das etnias Mbyá-Guarani e Kaingang.

"Diante da falta de moradia, em especial durante períodos de frio, às famílias resta, unicamente, a aglomeração nas poucas moradias existentes nas aldeias. Estamos atuando diretamente para minimizar esses impactos e proteger essas comunidades em um período tão difícil para todos," comenta a socióloga da Divisão Indígena da SEAPDR, Márcia Londero.



A SEMA trabalha para assegurar aos povos indígenas os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 que prevê a moradia como direito social fundamental. Doações como essa já ocorreram em 2019, quando a aldeia Mbyá-Guarani Guyrá Nhendu, no município de Maquiné, recebeu cerca de oito metros cúbicos de madeira apreendida, também para construção de casas.

Segundo Santiago Franco, cacique da aldeia, o apoio dos funcionários Márcia Londero e Ignácio Kunhel, da Divisão Indígena da SEAPDR, tem sido fundamental na articulação com a SEMA. Além deste apoio à melhoria das condições de habitação, Márcia e Ignácio tem colaborado no desenvolvimento de atividades relacionadas a educação e agricultura. A aldeia de sente muito afetada com a atual saída deles da Divisão Indígena, estão inseguros sobre a continuidade das atividades conjuntas, o apoio às suas necessidades, sobre quem os substituirá e se isso também poderá acarretar no fechamento da Divisão Indígena.

ACADÊMICOS DENUNCIAM PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA OS INDÍGENAS

por: Silvana Granja, Assessoria de Imprensa, ASSSAN Círculo

Em época de pandemia, a transferência de profissionais especializados para outros órgãos pode representar o desamparo de grupos étnicos fragilizados historicamente

Acadêmicos, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, que defendem os direitos e a cultura das populações tradicionais do estado, manifestam grande preocupação com a fragilização da estrutura que promove as principais políticas públicas voltadas às populações indígenas. A descontinuidade do trabalho dos técnicos Marcia Londero e Ignácio Kunkel, da Divisão Indígena da Secretaria Estadual de Agricultura e Desenvolvimento Rural do RS (SEAPDR) representa o aniquilamento das atividades e da interlocução que ambos estabeleceram com as aldeias indígenas, há mais de 20 anos.



"Nesse processo, há uma construção de muitas pessoas que ficam na linha de frente, escutando e acompanhando os grupos e buscando compatibilizar ou fazer dialogar com as lógicas de funcionamento do Estado. Parece-nos que destituir ou desmontar abruptamente algumas construções que foram coletivamente construídas, não somente exclui grupos que já eram desfavorecidos, mas principalmente prejudica a sociedade", ressalta a presidente da Sociedade Latino-americana de Etnobiologia, Rumi Kubo. Para a

pesquisadora, conquistas importantes podem ser citadas depois de 19 anos da publicação do decreto 6040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

A Coordenadora do Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo), ligado à UFRGS, Gabriela Coelho, disse que afastar esses profissionais pode significar a descontinuidade de políticas voltadas à agricultura e à segurança alimentar e nutricional, desenhadas coletivamente com o protagonismo indígena. "Esses técnicos estão a frente desse trabalho há décadas e acompanharam a constituição do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, criado em 2003, um dos principais espaços de interlocução dos indígenas com o estado, no qual as diretrizes para a implementação das políticas nas aldeias são estabelecidas", esclarece Gabriela. Acrescenta ainda, que na Conferência Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural Guarani, ocorrida em 2015 na aldeia Pindoty, a ação priorizada foi a ampliação e continuidade dos espaços de interlocução dos grupos com o estado.

Este posicionamento também é compartilhado pelos seguintes grupos: Conselho Estadual dos Povos Indígenas; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Pan Lagoas do Sul; Associação de Estudos e Projetos com Povos Indígenas e Minoritários (AEPIM); Conselho Indigenista Missionário (CIMI-SUL); Comissão Guarani Yvyrupa; Conselho de Articulação do Povo Guarani do Rio Grande do Sul (CAPG); Núcleo de estudo em agroecologia e produção orgânica da UERGS -Unidade Tapes; Ação Nascente Maquiné (ANAMA); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul); Fundação Luterana de Diaconia e Conselho de Missão entre Povos e Indígenas (FLD-COMIN) e Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS.

CONHEÇA O PAN LAGOAS DO SUL

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul – é uma das estratégias para conservar espécies, ecossistemas e modos de vida tradicionais na planície costeira do sul do Brasil. O Plano possui quatro objetivos específicos e envolve 157 ações em desenvolvimento, sob a responsabilidade de diversos articuladores e colaboradores. Coordenado pelo ICMBio / CEPsul e contando com a integração de várias instituições e grupos sociais, o PAN Lagoas do Sul é gerido com a participação direta do Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, formado por membros de várias instituições.



SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL,
PESCA E COOPERATIVISMO



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE E
INFRAESTRUTURA



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

MANDE NOTÍCIAS! ENVIE NOTAS CONTENDO:

- ✓ Título da nota;
- ✓ Escrita clara e objetiva, voltada ao público em geral;
- ✓ Foto ou ilustração, com legenda ou não;
- ✓ Autoria do texto e da (s) imagem (ns).

Contribua para
divulgarmos
muitas notícias,
**escreva notas de
no máximo 1800
caracteres!**

Este é um espaço aberto e permanente para publicações relativas às ações do PAN Lagoas do Sul. Encaminhe sua notícia para o e-mail: panlagoasdosul@gmail.com, teremos satisfação em divulgar atividades relativas às ações do PAN!

Obs. A revisão de texto e autorização de uso das imagens ficam sob a responsabilidade dos autores.

Boletim Lagoando
Edição Especial número 08
Setembro / 2020

Edição e diagramação:
Maya Ribeiro Baggio

Colaboraram nesta edição:
Membros do GAT, articuladores e
colaboradores do PAN Lagoas do Sul

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPsul



Endereço:
Av. Carlos Ely Castro, 195
Fundos do CENTREVENTOS
Cep 88301-445 – Itajaí – SC
Site: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/>

Contatos:
Telefone: (47) 3348-6058
E-mail: panlagoasdosul@gmail.com.br
Site: [PAN Lagoas do Sul](http://PANLagoasdoSul)
YouTube: [Vídeo PAN Lagoas do Sul](http://VídeoPANLagoasdoSul)

